



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais – FADIR**

**Érico da Cruz Lira**

**O Surgimento, a Ascensão e a Crise do Fenômeno da Onda Rosa na  
Argentina, Brasil e Venezuela nos Anos de 1998 a 2016.**

**Dourados – MS**  
**Março, 2017**

**Érico da Cruz Lira**

**O Surgimento, a Ascensão e a Crise do Fenômeno da Onda Rosa na  
Argentina, Brasil e Venezuela nos Anos de 1998 a 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora da  
Universidade Federal da Grande Dourados,  
como pré-requisito para a obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais, sob  
a orientação do Prof. Dr. Rafael Gonçalves  
Gumiero.

**Dourados – MS  
Março, 2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

L768s Lira, Erico Da Cruz

O surgimento, a ascensão e a crise do fenômeno da onda rosa na Argentina, Brasil e Venezuela nos anos de 1998 a 2016 / Erico Da Cruz Lira --  
Dourados: UFGD, 2017.

62f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Rafael Gonçalves Gumiero

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e  
Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Onda Rosa. 2. Tipologias de governo centro-esquerda. 3. Democracia sul  
americana. 4. Crise política institucional. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos trinta dias do mês de março de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **ÉRICO DA CRUZ LIRA** tendo como título "O Surgimento, a Ascensão e a Crise do Fenômeno da Onda na Argentina, Brasil, Venezuela: 1998 a 2016".

Constituiu a Banca Examinadora os professores Dr. Rafael Gonçalves Gumiero (orientador), Me. Deborah Silva do Monte (examinador) e o Dr. Marcos Antônio da Silva (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Sugestões da Banca

---

---

---

Assinaturas:

  
Dr. Rafael Gonçalves Gumiero  
Orientador

  
Me. Deborah Silva do Monte  
Examinador

  
Dr. Marcos Antônio da Silva  
Examinador

*Agradeço profundamente a minha família, aos amigos e professores da faculdade, e a todos que contribuíram de alguma forma no decorrer desta jornada acadêmica por estes quatro anos de aprendizado, companheirismo e disponibilidade.*

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar o fenômeno iniciado no final da década de 1990 na América Latina, em especial na Argentina, no Brasil e na Venezuela, e que foi denominada de Onda Rosa. O objetivo deste trabalho é desdobrado em dois movimentos analíticos. O primeiro são os fatores decisivos que culminaram numa ascensão do modelo político-institucional da chamada Onda Rosa. O segundo, a crise deste modelo nestas democracias. Os materiais selecionados para análise nesta pesquisa para cotejar o primeiro objetivo foram os discursos e programas formulados durante as campanhas eleitorais que antecederam à vitória ao pleito presidencial de: 1. Na Venezuela, de Hugo Chávez, em 1998, com a chamada Revolução Bolivariana; 2. Na Argentina, de Néstor Kirchner, em 2003, um peronista progressista, com um Programa de Reestruturação Econômica; 3. No Brasil, de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, dirigido pelo Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores e a Carta ao Povo Brasileiro. Posteriormente, a suspeita para fragmentação deste modelo de governo foi à crise de 2008, demarcados por episódios da nossa história recente, analisado pelo prisma da bibliografia da ciência política. Dentro desta análise foi possível dirimir possíveis tipificações de governos centro-esquerda, como processos de reforma, sendo os renovadores ou moderados como Brasil e Argentina, que buscaram a não superação definitiva do neoliberalismo, e por outro lado, os refundadores, mais radicais, características da Venezuela, que avançaram na direção pós-neoliberal.

**Palavras-chaves:** Onda Rosa, tipologias de governo centro-esquerda, democracia sul americana, crise política institucional.

## ABSTRACT

The present work aims at analyzing the phenomenon started in the late 1990s in Latin America, especially in Argentina, Brazil and Venezuela, and was called Onda Rosa. The objective of this work is deployed in two analytical movements. The first is the decisive factors that culminated in a rise of the political-institutional model of the so-called Onda Rosa. The second, the crisis of this model in these democracies. The materials selected for analysis in this research to compare the first objective were the speeches and programs formulated during the electoral campaigns that preceded the victory of the presidential election: 1. In Venezuela, by Hugo Chávez, in 1998, with the so-called Bolivarian Revolution; 2. In Argentina, by Néstor Kirchner, in 2003, a progressive Peronist with an Economic Restructuring Program; 3. In Brazil, by Luís Inácio Lula da Silva, in 2002, led by the Government Program of the Workers' Party and the Letter to the Brazilian People. Subsequently, the suspicion for fragmentation of this model of government was the crisis of 2008, demarcated by episodes of our recent history, analyzed by the prism of the bibliography of political science. Within this analysis, it was possible to resolve possible typologies of center-left governments, such as reform processes, being the renovators or moderates such as Brazil and Argentina, who sought the definitive overcoming of neoliberalism, and, on the other hand, the more radical refounders, characteristics of Venezuela, who advanced in the post-neoliberal direction.

**Key-words:** Onda Rosa, typologies of center-left governments, South America democracy, institucional political crisis.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de Mandatos dos Governantes da Onda Rosa.....	16
Quadro 2: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da Argentina, do Brasil e da Venezuela.....	50
Quadro 3: Índice de GINI da Argentina, do Brasil e da Venezuela.....	51

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Crescimento do PIB nos governos da onda rosa.....	51
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUH	Asignación Universal por Hijo
GINI	Instrumento Utilizado para Medir o Grau de Concentração de Renda
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MVR	Movimento V República
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
PJ	Partido Justicialista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. ANÁLISE CONCEITUAL DO ESPECTRO IDEOLÓGICO DA ONDA ROSA .....</b>	<b>15</b>
1.1 - O movimento político da Onda Rosa.....	15
1.2 - Duas esquerdas: a renovadora e a refundadora.....	16
1.3 - A onda rosa como um processo de ideal democrático, de dominação carismática e de modernização estrutural. ....	18
1.4 - Esquerda e Democracia.....	19
1.5 - Carisma e Populismo .....	23
<b>2. TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA ONDA ROSA NA TRIÁDE SUL-AMERICANA: ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA. ....</b>	<b>28</b>
2.1 – O Neoliberalismo dos anos 1990 .....	28
2.2 - Ascensão de Hugo Chávez: de 1998 até 2013 .....	34
2.3 – Autoritarismos do governo de Hugo Chávez .....	36
2.4 - Gestões dos Kirchner na Argentina: de 2003 até 2015 .....	37
2.5 - Os Governos Lula e Dilma Rousseff no Brasil: a ascensão de uma nova classe média no período de 2003 a 2016. ....	40
<b>3. OS DISCURSOS, O LEGADO E A CRISE DO FENÔMENO POLÍTICO DA ONDA ROSA.....</b>	<b>45</b>
3.1 - Análise dos Discursos dos Presidentes Eleitos .....	45
3.2 – O Legado dos Governos da Onda Rosa na Argentina, Brasil e Venezuela.....	50
3.3 – A Crise da Onda Rosa .....	53
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar e analisar o fenômeno denominado de Onda Rosa na Argentina, Brasil e Venezuela, em dois momentos analíticos, a ascensão e crises dos governos federais nestes países. As variáveis analisadas foram os fatores políticos-institucionais de distinção e comunhão de cada país, a crise econômica de 2008 e as derrotas eleitorais nos pleitos presidencial ocorridas neste período.

Estes governos progressistas, da chamada Onda Rosa, alcançaram o seu espaço num momento de crise do neoliberalismo ao final dos anos de 1990. O impacto das políticas neoliberais adotadas pelos países da América Latina no período supracitado correspondeu diretamente à expansão das desigualdades sociais, ampliou o abismo entre ricos e pobres da população. A concepção dos denominados governos de centro esquerda latino-americanos divergiu da concepção ideológica de esquerda marxistas e a fundação de um modelo híbrido.

A questão apresentada como problema de pesquisa é compreender quais fatores foram determinantes para os governos da chamada Onda Rosa entrarem em declínio dentro de um contexto de crise econômica e político-institucional?

Diante desta problemática, o objeto deste estudo analisa três diferentes tempos da Onda Rosa, enquanto fenômeno político-institucional: 1. Fatores que culminaram no surgimento deste fenômeno; 2. Fatores que permitiram a legitimação e ascensão ao poder; 3. E, o declínio, atentando-se aos fatores internos e externos de cada governo destes países, em especial aos casos da Venezuela, da Argentina e do Brasil.

Os estudos aqui apresentados partiram das análises dos discursos eleitorais de Hugo Chávez, e de Néstor Kirchner e de Luis Inácio Lula da Silva, e conseqüentemente de seus respectivos discursos de posse, os quais elencaram as reformas que seriam implementadas em suas gestões. Merece destaque nos discursos dos referidos atores políticos, os direitos e garantias sociais, a necessidade de reestruturação econômica. No caso da Argentina a prioridade destacada por Kirchner foi a economia, isolada economicamente por causa da moratória declarada. No caso da Venezuela, Chávez enfatizou a refundação do estado e sua Revolução Bolivariana. No Brasil, Lula enfatizou a necessidade da retomada econômica, que se encontrava limitado ao arrocho fiscal promovido pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e a prioridade à inclusão social.

As democracias sul-americanas são recentes, dado o processo de redemocratização iniciado em meados dos anos 1970 e no caso do Brasil em 1984, o que implica em uma *demandada reprimida* da população por programas de valorização de direitos universais

(educação, saúde, habitação, urbanização nas periferias das metrópoles) e identitária requerendo ações afirmativas em prol das chamadas minorias sociais.

Noutro aspecto, constata-se que as políticas dos governos sul-americanos nos anos 1990 priorizaram a agenda fiscal, relacionada ao controle da inflação, dívida externa, reforma do Estado e a adoção da cartilha do *Consenso de Washington* que foi inspirado na ideologia neoliberal. A ausência de políticas sociais distributivas e por ações afirmativas pesou e foi decisiva enquanto plataforma política de governos autodenominados de esquerda latino americano na virada do século XX ao XXI, o que contribuiu para adesão da população e legitimação dos discursos pré-eleições do pleito eleitoral para presidente e para ascensão dos governos Chávez – Venezuela, Lula – Brasil e Kirchner – Argentina, posteriormente verificados pela ampliação de canais de participação popular, por intermédio de fóruns deliberativos, como por exemplo, os conselhos compostos por membros da sociedade civil e governamentais, bem como programas sociais para redução da desigualdade.

Após cerca de uma década destes governos, a crise institucional política agravou-se devido escândalos de corrupção deflagrados pelo Ministério Público conciliado com um ambiente macroeconômico entorpecido pela Crise de 2008 que impactou as economias latino-americanas. Neste trabalho de conclusão de curso considera-se que a emergência e a fragmentação dos partidos políticos autodenominados de esquerda na América do Sul sofreram reveses que nos permite apontar como enquadrados em um ciclo democrático, cuja a curva da ascensão foi a subida ao poder de Chávez, Lula e Kirchner na virada dos anos 1990 para 2000 e do descenso, que é acompanhado atualmente – vide crise no governo Maduro na Venezuela 2015 , *impeachment* de Dilma 2015 e fim dos governos Kirchner e ascensão do governo neoliberal Macri.

O repertório teórico adotado como instrumental metodológico foi Max Weber pelo conceito dos *tipos ideais* e Barrington Moore pela ideia de *vias de modernização*, respectivamente os textos sobre “os três tipos de dominação pura” (WEBER, 2003) e a obra “As origens sociais da ditadura e da democracia” (MOORE JR. 1983), e autores da atualidade, entre os quais Norberto Bobbio, Bresser Pereira, Carlos Eduardo Sell e outros. Houve a utilização de dados empíricos econômicos e da conjuntura política orbitante no período dos governos estudados, relevantes para a compreensão do tema.

O trabalho de conclusão de curso está dividido além desta introdução em três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo estão expostas as peças conceituais e teóricas que estão interligadas ao modelo político a ser discutido. Posteriormente, no capítulo dois, é analisado a trajetória institucional política e econômica de Argentina, Brasil e

Venezuela no período de 1980 a 2010, que seja da ascensão do neoliberalismo, à adoção do protagonismo do Estado na formulação da plataforma de governo ancorada no tripé – programas sociais e econômicos com ampliação de canais de participação democrático. Na sequência, as diferenças e diálogos entre as vertentes político-institucionais destes países nos governos Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Lula no Brasil e Chávez na Venezuela, analisados pelos discursos de posse e nos fatores determinantes que podem ter fundamentado a crise que se instaurou nestes governos.

## **1. ANÁLISE CONCEITUAL DO ESPECTRO IDEOLÓGICO DA ONDA ROSA**

Este primeiro capítulo tem como objetivo explicar a onda rosa através de contribuições teóricas e conceituas sobre os temas caros a este fenômeno político como democracia e esquerda, carisma e populismo para que se possa desenvolver o assunto proposto ao longo deste trabalho.

### **1.1 - O movimento político da Onda Rosa**

O final da década de 1990 ficou caracterizado pela ascensão de novas forças políticas que gradativamente se difundiram nos países da América Latina, mais precisamente Argentina, Brasil e Venezuela, os países selecionados nesta pesquisa. No período de 1998-2015 as sucessivas vitórias de que apresentaram em forma de discurso e programas de governo de candidatos ao pleito presidencial do Poder Executivo mais progressista de governo.

O discurso mais progressista foi alicerçado pelas ideias de inclusão social e redução das desigualdades sociais, o que foi uma proposta diferente da do neoliberalismo. Este discurso foi lançado em um momento de crise do neoliberalismo, que foi implementado nestas nações desde o período pós-redemocratização, modelo pelo qual não correspondia aos anseios por mudanças no abismo entre ricos e pobres típico da região, portanto frágil ao discurso focado na diminuição das mazelas sociais e construtor de direitos.

Este fenômeno ficou conhecido como onda rosa, nome dado aos governos de esquerda da América Latina que chegou ao poder e se instalou até os dias atuais, esse é um movimento que já dura quase duas décadas em alguns países, que seja de 1998 a 2016, breve em outros, porém em processo de crise que será analisado neste trabalho.

O autor Fabrício Pereira da Silva cunhou o termo onda rosa para citar os referidos governos de esquerda. Neste trabalho também será usado a nomenclatura para designar os governos progressistas dos países em questão.

A onda rosa latino-americana é comparável ao modelo surgido na Europa no mesmo período, porém apesar do mesmo nome deve-se ratificar que o modelo europeu não mantém afinidades diretas com o modelo latino-americano que se intitula renovador ou refundador.

As mudanças ocorreram inicialmente em 1998, na Venezuela, pela ascensão do Movimento V República de Hugo Chávez, personagem que entraria para a história

venezuelana por difundir o que chamava de socialismo do século XXI. No Brasil em 2002, o Partido dos Trabalhadores após algumas tentativas fracassadas na década anterior finalmente elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para presidência da república. Na Argentina, em 2003, Néstor Kirchner (Partido Justicialista) foi eleito e gerou críticas e questionamentos sobre sua posição de esquerda, segundo Silva no artigo “Até Onde vai a Onda Rosa” havia “evidentes dificuldades em se considerar de esquerda um governante oriundo do *peronismo*” (SILVA, 2010, p.2),

O quadro a seguir demonstra como se deu as sucessivas vitórias eleitorais dos governantes da onda rosa nos países em questão:

**Quadro 1: Relação de mandatos dos governantes da onda rosa:**

Países	Mandatos				
<b>Venezuela</b>	Hugo Chávez MVR (1999-2001)	Hugo Chávez MVR (2001-2007)	Hugo Chávez MVR (2007-2013)	Hugo Chávez MVR (2012)*	Nicolas Maduro MVR (2012 -)
<b>Brasil</b>	Luís Inácio Lula da Silva PT (2003 – 2006)	Luís Inácio Lula da Silva PT (2007 – 2010)	Dilma Rousseff PT (2011 - 2014)	Dilma Rousseff PT (2014 - 2016)**	-
<b>Argentina</b>	Néstor Kirchner PJ (2003-2007)	Cristina Kirchner PJ (2007-2010)	Cristina Kirchner PJ (2010 -2014)	-	-

Fonte: elaboração própria

\* Falecimento de Hugo Chávez em 2012, assumido por Nicolas Maduro.

\*\* *Impeachment* de Dilma Rousseff aprovado pelo Senado Federal em 2016.

## 1.2 - Duas esquerdas: a renovadora e a refundadora

Entre as esquerdas dos países analisados podemos notar diferenças em suas propostas devido à própria história de cada nação. Logo, Argentina, Brasil e Venezuela não podem ser encarados como governados por uma mesma esquerda, mas por tipologias inerentes ao mesmo fenômeno político.

Pode se afirmar que há dois tipos específicos de propostas de governo, os renovadores ou moderados, composto por Brasil e Argentina e os refundadores, mais radicais, referente à Venezuela. Ambos são processos de reforma, no entanto os renovadores mantiveram-se alinhados com características próximas ao do neoliberalismo, enquanto os refundadores pretendem apresentar um modelo de governo contrário aos postulados liberais.

Em decorrência da própria organização política e institucional dessas sociedades, os movimentos que pavimentaram ideias próximas a da ideologia de esquerda, tenderam a ser mais moderadas ou mais radicais.

Na Venezuela os intensos confrontos dos anos 1980 contra os pacotes de ajustes e o empobrecimento em massa levaram a radicalização e o pavor da população contra o neoliberalismo, dando espaço a organizações políticas de esquerda que visavam provar a população que o fantasma neoliberal não voltaria. Ao passo que, no Brasil e Argentina os ajustes também foram efetivos e causaram grandes crises e precarização de serviços, no entanto, a esquerda enfrentou uma elite dominante capaz de afetar sua governabilidade, esta esquerda pendeu para o apaziguamento entre as camadas sociais e a manutenção de várias conquistas do programa neoliberal. “As esquerdas refundadoras adotaram discursos e por vezes práticas mais rupturalistas, enquanto as renovadoras se mostram mais gradualistas” (SILVA, 2015, p.7)

O modelo renovador não se opôs ao consenso de Washington e apostou na manutenção da estabilidade econômica, e também nas políticas sociais de inclusão e transferência, valorização do salário e um pacto com a indústria em conjunto com o papel forte do governo na economia (MELLO, 2011).

No setor econômico podemos notar a diferença entre ambas as políticas como afirma SILVA (2015):

Os renovadores procuram intervir no mercado por meio de mecanismos de regulação, novos investimentos (especialmente em infraestrutura), reuniões de concertação e políticas de apoio aos setores produtivos, e preservam com mais vigor elementos do “núcleo duro” das políticas econômicas da década anterior (...). Por sua vez, os refundadores procuram intervir mais ativamente no mercado, através de intervenções macroeconômicas mais abruptas (como no câmbio e no controle de preços); constituem novas empresas estatais e renacionalizam ou reestatizam empresas privatizadas anteriormente. (SILVA, 2015, p.8).

Com relação às políticas sociais os renovadores e refundadores não superaram as medidas implantadas nos governos anteriores, no mínimo as ampliaram sob o paradigma de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família no Brasil, porém, sem fazer a ruptura com o capital estrangeiro. As Missões Venezuelanas são políticas temporárias que buscam garantir direitos sociais previstos na constituição (SILVA, 2015).

### **1.3 - A onda rosa como um processo de ideal democrático, de dominação carismática e de modernização estrutural.**

O fenômeno da onda rosa, como analisado alhures, surgiu pela ascensão de novos atores políticos, de viés progressistas baseados em discursos de inclusão social e consequente redução das desigualdades entre ricos e pobres, em decorrência da crise do neoliberalismo no final dos anos de 1990, que promoveu pesados ajustes fiscais no período de pós Guerra Fria, em especial nos países que saíram de regimes autoritários, como no caso da Argentina, Brasil e Venezuela.

Essas mudanças históricas através das vias políticas buscando a modernização estrutural dos estados foram analisadas sob a ótica de Barrington Moore (1983), considerando que a democracia alcançada nos governos dos países da onda rosa, analisados no presente trabalho, passaram por vários estágios, saindo de uma burguesia colonial, passando por governos aristocratas e liberais, alguns autoritários e ditatoriais, até a redemocratização.

O modelo político da onda rosa ficou caracterizado por governos de esquerda, progressistas e heterogêneas, ora com características renovadoras, ora refundadoras, mas todos eleitos democraticamente, com discursos de promover a justiça social, porém sem o rompimento do modelo capitalista da economia.

Diante destas mudanças estruturais, culturais e sociais nestes países, perante a redemocratização e a crise do neoliberalismo, a construção gradual de um capitalismo voltado às questões sociais se tornaram a base deste reordenamento político da chamada onda rosa.

Na obra “As origens sociais da ditadura e da democracia”, Moore (1983) formulou as vias de modernização que serviram de base para o entendimento dos modelos de modernização mediante as variáveis econômicas e sociais que favoreceram o fenômeno da onda rosa nos países analisados no presente trabalho.

Os discursos de posse dos governantes à presidência da república eleitos pelo voto popular na Argentina, Brasil e Venezuela permitem conjugar variáveis que caracterizam plataformas de governos diferentes, o que permite propor uma relação com a tipologia formulada em Weber, dos tipos de dominação. A democracia nos países latinos, em que a onda rosa se estabeleceu, serviu para a ascensão destes governos de esquerda que deixaram o discurso radical no passado e se moldaram numa nova roupagem, com um discurso moderado, condizente com o modelo democrático vigente.

Outra característica da onda rosa é a figura do líder carismático como peça central no poder, reconhecido como tal, e como uma pessoa que se sobressai com ideias novas e apoiado

por grande parte da população, e que defende um discurso de justiça social e defesa dos direitos humanos.

Nesse conjunto, corroborando com a sociologia weberiana, os governos da chamada onda rosa através do discurso de seus respectivos representantes apostou nos canais de difusão da democracia para emergirem como figura de um líder carismático e dominante, combinado com governos adeptos do modelo capitalista com viés de justiça social, visando a satisfação das necessidades da população que lhe alçaram ao poder (WEBER, 2003).

#### **1.4 - Esquerda e Democracia**

Os governos da onda rosa apesar da formação ideológica de esquerda possuem perceptíveis diferenças nas reformas que implementariam ou ampliariam em seus respectivos países, estas esquerdas são heterogêneas e pode se notar a existência de mais de uma vertente.

Segundo reportagem da página online da rede britânica BBC<sup>1</sup> publicado em 2005 “Mesmo que haja diferenças importantes, por exemplo, entre a retórica inflamada do presidente Chávez da Venezuela e as políticas econômicas cautelosas do presidente Lula, do Brasil, existem alguns temas comuns emergentes” (BBC, 2005, tradução nossa), por exemplo, a não tentativa de superar o modelo capitalista na economia, a via democrática pela qual assumiram o poder e a preocupação com a justiça social.

O autor Fabrício Pereira da Silva em seu artigo “Quinze Anos da Onda Rosa Latino-americana: Balanço e Perspectivas” (2014) caracteriza as esquerdas que assumiram no período pós-bloqueio da Guerra Fria, época importante para a difusão política das esquerdas:

(...) essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e “público-alvo”, conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo oposicionista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais. (SILVA, 2014, p. 4).

As esquerdas latino-americanas não são únicas ou não estão interligadas pelos mesmos objetivos, pode-se notar a existência de duas esquerdas, uma vertente socialdemocrata e a outra populista: 1) o PT de Lula no Brasil e o Partido Justicialista de

---

<sup>1</sup> *South America's Leftward Sweep*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4311957.stm>. Acesso em 15/07/2016.

Néstor Kirchner na Argentina estariam inseridos na primeira vertente pela tradição das políticas neoliberais e pelas estruturas partidárias mais solidas que os caracterizaram nestes países; 2) Hugo Chávez, na Venezuela, e o seu Movimento V República, estaria inserido no segundo modelo oriundo do colapso das reformas neste país e a pouca institucionalização partidária.

Essa dicotomia carrega também a maneira como a democracia é encarada nos respectivos países. Dentro dos chamados socialdemocratas, as eleições foram respeitadas e há um maior arranjo participativo popular, além de que nesses países houve sucessores que democraticamente foram reconhecidos, por outro lado, na Venezuela há uma tendência para ascensão do populismo autoritário, não podemos confirmar que é uma ditadura, mas também não é uma democracia segundo os cânones da teoria da democracia participativa de Pateman.

Em relação à participação democrática, corroboramos com os conceitos de Pateman (1992) que:

(...) para que exista uma forma de governo democrático é imprescindível à existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade na qual todos os sistemas políticos tenham sido democratizados em que a socialização possa ocorrer em todas as áreas. (PATEMAN, 1992, p. 61).

Assim, diante da chamada teoria participativa da democracia, ao qual Pateman (1992) é expoente, a situação atual da Venezuela não se enquadra em tais conceitos, apesar de se autodeterminar um governo popular, possui características híbridas de autoritarismo, pela centralização do poder e prisão de opositoristas, e democracia, com eleições muitas vezes questionadas pela sociedade civil interna e externa.

À esquerda socialdemocrata de Lula (PT) e Kirchner (PJ) é reconhecida pelo grau de institucionalização partidário com dinâmicas próprias e contribuíram para consolidar o regime democrático pela sua participação ativa nas transições e por seu desempenho com a sociedade civil (LANZARO, 2007).

Estes governos de esquerda se afastaram do sistema da Guerra Fria, mediante a permanência de alguns valores, porém o pós-guerra e a tentativa de fundar um modelo latino-americano que atendesse as demandas locais iniciaram tempos de moderação política como cita Silva (2009):

(...) hubo un distanciamiento en relación a referentes ideológicos marxista-leninistas y a experiencias vinculadas al “socialismo real” en sus diversas vertientes, de influencia universal (notablemente la soviética) y regional (como la cubana). Esa es una característica en parte nueva, en la medida que fueron pocos los representantes

de las izquierdas continentales los que históricamente se definieron como experiencias únicas, nacionales y regionales. (SILVA, 2009, p. 8).

As ideologias marxista-leninistas afirmadas por Silva (2009) foram deixadas de lado na busca por um distanciamento dos extremos do espectro político e é característica do moderantismo que se perceberia nos governos da onda rosa.

Norberto Bobbio (1995) ensina que os extremistas, tanto de direita quanto de esquerda, têm em comum a antidemocracia e que o moderado é naturalmente democrático.

É importante destacar a desigualdade histórica da região e a tentativa de superá-la esperada ansiosamente pela população, por isso movimentos com apelos discursivos igualitários tenderam a legitimar discursos de candidatos políticos ao pleito eleitoral para presidente da república em pró da igualdade e redistribuição econômica.

Ainda Norberto Bobbio (1995) afirma que:

O critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar. (BOBBIO, 1995, p. 95)

A extrema-esquerda e a extrema-direita no continente sul americano ficaram silenciadas ou restritas ao papel de críticos do sistema durante a primeira década do novo século, suas agendas restauradoras mesmo que vencedoras estariam presas ao *lock in*<sup>2</sup>, herança dos governos progressistas.

Caio Navarro de Toledo em seu artigo “A Modernidade Democrática da Esquerda: Adeus a Revolução?” (1994) afirma que:

Sendo a modernidade identificada hoje com a democracia, não mais com a revolução, tal esquerda se afirma como moderna. Crítica radical da “esquerda revolucionária” designada sempre com as adjetivações de “primitiva” e “anacrônica” – a esquerda moderna passa a privilegiar como interlocutores os setores socialdemocratas e os chamados democratas liberais (NAVARRO, 1994, p. 28).

Está nova esquerda afastada da ortodoxia marxista é proveniente de movimentos mundiais dos anos 1970, mas que chegaram com certo atraso a América Latina devido às ditaduras, entre elas os movimentos feministas, ecológicos e a luta dos trabalhadores e o

---

<sup>2</sup> A aceitação de compromissos internacionais vinculantes implica contrair obrigações internacionais que atam as mãos de futuras lideranças, diminuindo, assim, as chances de retrocessos democráticos, a reversão das políticas adotadas torna-se mais improvável, dados os custos de reputação, prestígio, entre outros, associados ao desrespeito das normas internacionais. (MORAVCSIK, 2000).

discernimento de que a democracia é essencial e parte da radical transformação dentro de um Estado (BRESSER PEREIRA, 1990).

Caio Navarro de Toledo revela que a partir dos anos 1970 como já foi citado por Bresser Pereira:

A análise crítica do “socialismo real”, iniciada décadas atrás por teóricos e militantes marxistas (...) bem como a dura experiência da ditadura militar no pós-64 contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira reabilitar a questão da democracia. (NAVARRO, 1994, p. 29).

Esquerda e democracia passaram a estarem conectadas e, de fato, deixaram os valores da revolução para trás, esse movimento chamado de “esquerda moderna” carrega um viés socialdemocrata e foi fundamental para a posterior chegada da onda rosa aos palácios presidenciais.

A defesa da democracia e a convivência com o capitalismo foram itens capazes de conquistar a população, principalmente às classes mais baixas, pelo discurso de inclusão e de direitos assegurados diante da selvageria do neoliberalismo sem controle, que em países do terceiro mundo, é um círculo vicioso no qual os pobres permanecem no seu estado de pobreza, enquanto os mais ricos continuam a ascender.

Para Fátima Anastasia em “Governabilidade e Representação Política na América do Sul”, de 2004, os países da região mais estáveis são aqueles nos quais a esquerda conseguiu organizar-se em partidos eleitoralmente competitivos evitando, assim, o transbordamento do conflito político e a contribuição para a moderação que seria símbolo da nova institucionalização apresentada.

Democracia e esquerda são essenciais para mobilização da população por direitos sociais e políticos, para aqueles que antes estavam sem voz possam se manifestar por uma democracia com justiça social e igualdade, combinado com programas sociais inclusivos de redistribuição de renda, empoderamento e capacidades sociais.

Nesse sentido podemos considerar as ideias de Amartya Sen, na sua obra “Desenvolvimento como liberdade” (2010), que em suma, afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de empoderamento e de expansão das capacidades reais que as pessoas desfrutam, e ainda:

“O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (...) “mediante a

liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades” (SEN, 2010, p. 18).

Assim, para Sen (2010), o desenvolvimento econômico não deve ser visto apenas pelo crescimento do PIB ou da renda, mas em conjunto com a liberdade de participação política, de receber educação básica e assistência médica adequada.

Para Toledo (1994) a democracia de massa em plena ordem capitalista reside na possibilidade dos trabalhadores construírem uma sociedade sem privilégios e discriminações, entretanto, “(...) acreditar piamente que os dominantes aceitarão pacificamente as transformações sociais radicais, submetendo-se a vontade democrática da maioria, não seria uma idealização da luta social?” (TOLEDO, 1994 p.37).

Grupos sociais diferentes compartilham uma mesma dificuldade em acreditar nos seus representantes, por isso dificilmente uma transformação radical seria aceita pelas classes dominantes, respondendo a pergunta de Toledo, e isso é devido à baixa qualidade da democracia nestes países no período pós-redemocratização, como analisado por Levine e Molina (2007) que indicam que o resultado foi uma vulnerabilidade continuada e exposta a uma clara dependência de líderes populistas.

## **1.5 - Carisma e Populismo**

Ao assumir o ideal da igualdade, os governos sabem que estão cultivando um vasto campo de adeptos a seu pleito. Porém, fora do discurso das esquerdas pode-se notar uma singularidade dos discursos empregados e que é uma característica dos governos latino-americanos: o carisma de seus líderes e um caráter genuinamente populista baseado em uma relação quase direta e quase pessoal com seus seguidores, com projetos políticos com baixíssimo nível de institucionalização e com organizações puramente eleitoreiras (GERMÁN LODOLA, 2004, p.23).

Este tipo de política é típico do populismo, fenômeno político iniciado na década de 1940 e, portanto, não só observado na onda rosa, mas atreladas as diferentes vertentes políticas no continente e, também, do carisma que estes governantes propagariam no imaginário da população.

Para compreender o carisma característico dos líderes latino-americanos devemos resgatar a sociologia compreensiva de Max Weber (2003) que analisou os tipos de dominação na sociedade e posteriormente explicar sobre o populismo para que se possa realizar um balanço dos dois fenômenos.

Para Weber (2003), dominação é a probabilidade de encontrar obediências num determinado grupo de pessoas e explica que a dominação necessita de legitimação, as pessoas devem ser convencidas de que a obediência é a melhor solução e um líder carismático teria todos os requisitos para ser respeitado e acreditado pela população.

E ainda, Weber (2003) traz os três tipos de dominação legítima que aqui será elencado resumidamente como: Dominação Tradicional que é a dominação pelos costumes, as pessoas obedecem à hierarquia dos senhores, na estrutura patriarcal, estamental e religiosa. A Dominação Legal, na qual as pessoas obedecem em virtude de estatuto como as leis aplicadas dentro do estado-nação mesmo que controversas e nas estruturas modernas do Estado que concebem ser importante respeitar a favor da ordem e, por fim, o objeto a ser analisado neste tópico que é a Dominação Carismática, na qual as pessoas acreditam que o líder tem uma capacidade sobrenatural, creem na sua persuasão e são devotas de sua missão desbravadora e inspiradora.

Já o fenômeno do populismo pode se manifestar em diferentes maneiras e países, não há uma ideologia que o neutralize, pode ser de esquerda ou de direita, revolucionário ou conservador, liberal ou corporativista ou ainda tudo isso de uma só vez, o certo é que a condição de pobreza experimentada pela população nestes países é um chamariz para as políticas populistas e sua grande desenvoltura eleitoral.

Germán Lodola define que o populismo é:

Um padrão de mobilização política de massas (em especial, ainda que não exclusivamente, de setores populares urbanos) conduzida por líderes personalistas (e talvez carismáticos) que driblam ou subordinam formas institucionais de mediação e representação política (...). Este “estilo estratégico” implica um contato direto, próximo e inclusive personalizado entre o líder e um heterogêneo mundo de seguidores. (LODOLA *in* Cadernos Adenauer V, 2004, p. 21).<sup>3</sup>

O Populismo e o neoliberalismo experimentado nos anos de 1990 não foram correntes conflitantes, sua junção é mais perceptível neste período e se perpetua até os dias atuais, a ela se deu o nome de neopopulismo, tal vertente focalizou os recursos para programas sociais e clientelistas que agora não estariam mais abertos a todos, por exemplo, o programa seguro-desemprego no Brasil que alocou seus esforços para os trabalhadores que

---

<sup>3</sup> CADERNOS ADENAUER V (2004), n° 2, Neopopulismo na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2004.

perderam seus empregos, porém há um mínimo de tempo laboral a ser seguido para se ter acesso a renda.

Por outro lado, Jorge Lanzaro (2007, p. 19) indica que o populismo é essencialmente político e insiste nas políticas macroeconômicas expansivas e no controle do mercado com finalidade impulsionar o controle da desigualdade e do desemprego, mas sem o devido cuidado com os desequilíbrios econômicos e fiscais, este fator torna as políticas populistas e em maior grau as neopopulistas como curtas ou dificilmente replicáveis.

Os governantes populistas nos países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) dentro do período cronológico da onda rosa instauraram políticas coletivas ou seletivas de redistribuição de renda, seguidas por um grande aumento dos programas sociais e impacto no PIB cada vez maior, reconhecimento de direitos trabalhistas, direitos civis e uma reanimação dos movimentos sociais e organizações não governamentais e uma visível convivência com o neoliberalismo.

Na Venezuela Hugo Chávez e seu Movimento V República ao assumir a presidência se diferenciava dos tradicionais governos anteriores de Rafael Caldera do partido de centro-direita Comitê de Organização Política Eleitoral Independente - COPEI e do socialdemocrata Ramón José Velásquez do Ação Democrática - AD, por seu tom mais a esquerda do espectro político e por ter encontrado uma sociedade venezuelana empobrecida e apta aceitar políticas populistas que deem uma esperança e garantam o mínimo de bem estar que seus antecessores não foram capazes de satisfazer (Alfredo Keller R., 2004, p. 123), e assim:

Com um discurso claramente contrário aos partidos políticos tradicionais, Chávez daria contorno mais nítido à crise do sistema político venezuelano. (...) Não há dúvida, porém, de que o atual presidente venezuelano se aproveitou do desgaste do sistema partidário para fundar sua República Bolivariana. (ANASTASIA, RANULFO e SANTOS, 2004, p.28).

A crise dos tradicionais partidos venezuelanos estava intimamente ligada à pobreza alarmante que assolava o país no final da década de 1990 e dos 24 anos seguidos de queda no PIB do que do populismo de seus governos. Havia toda uma geração em processo de empobrecimento dentro de um país rico em recursos petrolíferos, mas pouco industrializado e exportador de matérias primas (Alfredo Keller R., *in* Cadernos Adenauer, 2004, p. 133).

Para a classe popular, Chávez seria o líder carismático capaz de executar mudanças no sistema vigente, (Silva, 2013) a participação popular foi importante para o Movimento V República que adotou um discurso de redistribuição das riquezas, entretanto, da mesma forma que os outros partidos se alimentam da fragilidade psicológica da população em relação ao

fim da pobreza, o movimento de Chávez também se apoderou das características clientelistas para a sua desejada chegada ao poder. (Alfredo Keller R. *in* Cadernos Adenauer, 2004, p. 138).

Lanzaro (2007) afirma que Chávez encarnou uma experiência populista radical com ares revolucionários e plebiscitários, implantou uma semidemocracia e presidiu o país num esquema de hiper presidencialismo sem equilíbrio, visto que a postura de Chávez desestimulou a oposição política e por consequência debilitou a sociedade civil.

Hugo Chávez foi um grande líder carismático e gerou na população grande comoção, como Weber (2003) cita, possui poder intelectual e de oratória, numa relação entre governante e apóstolos que obedece a pessoa do líder por suas excepcionais qualidades e não por sua dignidade. A morte de Chávez tornou incerto o futuro do país por um momento até a ascensão de um sucessor igualmente carismático, Nicolás Maduro.

No Brasil, em contrapartida a Venezuela, a esquerda socialdemocrata no poder está composta por governos que aceitam as regras do jogo da democracia liberal e da economia de mercado, tratam ao mesmo tempo de impulsionar as políticas sociais e os direitos democráticos.

O fenômeno do lulismo, segundo André Singer (2010) é antes de tudo de alinhamento entre as camadas mais baixas da população e o governo do PT que teve como grande trunfo o Bolsa Família e que conseguiu transformar Dilma Rousseff em sua sucessora natural. Ainda Singer (2010) relata que o lulismo é definido pela ligação entre pobres e governo contrapostos a oposição e a classe média.

Por seus dotes de alinhamento com as camadas mais pobres da população, Lula se transformou no grande líder carismático brasileiro, que por certo tempo povoou a imaginação do povo como aquele que distribuiria a renda e poria fim à desigualdade social tão gritante no abismo entre ricos e pobres.

Na Argentina, o partido que assumiria as características da onda rosa pertence ao nacional populismo do Partido Justicialista, de Néstor Kirchner, ligado ao *peronismo* e moderado pelo kirchnerismo que se tornou um termo a parte ao *peronismo* clássico com viés democrático que permitiu sua sucessão e recente fracasso.

Lanzaro (2007) afirma que o kirchnerismo gerou divisões dentro do próprio *peronismo* que é oriundo e isso é fruto de sua debilidade histórica, excetuando Brasil e Uruguai os demais países tem dificuldades em estabilizar a competição político eleitoral, tamanha fragilidade de seus partidos.

Segundo Anastasia, Ranulfo e Santos:

En Argentina los partidos pasan por altibajos considerables y el sistema en su conjunto – que registra flujos de desinstitucionalización, fragmentaciones importantes y nuevos alineamientos – reproduce su debilidad congénita y la asimetría a favor del peronismo. (ANASTASIA, RANULFO e SANTOS, 2004, p.53).

Igualmente como no Brasil, Néstor Kirchner conseguiu ser sucedido por Cristina Kirchner que levou adiante os ideais conquistados por seu antecessor, mantendo as medidas populistas e carismáticas a um novo patamar, porém o kirchnerismo perdeu força e como Weber pontua nos “Três Tipos de Dominação Legítima”: “quando é abandonado pelo seu deus ou quando decaem a sua força heroica ou a fé dos que creem em suas qualidades de líder, então seu domínio também se torna caduco” (WEBER *apud* COHN, 2003, p. 135).

Carisma e populismo não são vertentes excludentes, as duas convivem lado a lado, o carismático está interligado ao povo pelo emocional, ou seja, líder e liderados. Carlos Eduardo Sell em seu artigo “A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo” (2013) afirma que o carisma é apenas uma dimensão do populismo, o carisma é uma das características do fenômeno do populismo.

Sell ao citar Kennet Roberts (1995) caracteriza o populismo em cinco características: 1) estilo personalista de liderança política, 2) uma coalização política heterogênea focalizada em grupos marginalizados, 3) processo de mobilização política ascendente, 4) uma ideologia política focada na divisão povo x elite e 5) projetos econômicos redistributivos e clientelistas.

Como caracterizado acima podemos responder que o carisma é mais um dos elementos do populismo e, como afirma Sell (2013) “a sociologia weberiana seria útil apenas para pensar a liderança carismática, mas não o populismo como um todo”. (SELL, 2013, p. 27).

## **2. TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA ONDA ROSA NA TRÍADE SUL-AMERICANA: ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA.**

Neste capítulo será exposto o neoliberalismo experimentado pelos países da tríade sul-americana durante toda a década de 1990 e suas consequências econômicas e políticas para que se possa compreender a trajetória histórica dos governos da onda rosa nos próximos tópicos.

### **2.1 – O Neoliberalismo dos anos 1990**

A ascensão da onda rosa pode ser atribuída às decepções populacionais com as reformas neoliberais e a democratização que foram vistas como traiçoeiras e não beneficiaram um dos continentes mais desiguais do mundo (PANIZZA, 2006).

A década de 1990 pode ser chamada de período embrionário para o movimento da onda rosa, esta encontrou por volta de dez anos de estabilidade política no continente e um sistema multipartidário acrescentando fôlego as democracias regionais.

Este período foi dominado pelo neoliberalismo que sofreria gradativas transformações ideológicas em cadeia nos seus modelos vigentes desde o período pós redemocratizante, entretanto, deve-se analisar o modelo econômico citado para que se possa fazer um balanço do motivo de seu fracasso.

O neoliberalismo é uma ideologia ou corrente de pensamento surgida na Áustria em 1944 pelas mãos de Ludwig Von Mises (1881 – 1973) e Friederich Von Hayek, este publicou um livro chamado “O caminho da servidão” que atacava fortemente os socialistas e a intervenção estatal na economia e o keynesianismo.

E ainda o neoliberalismo é uma releitura da teoria econômica clássica liderada pelas teses de Adam Smith em sua obra Riqueza das Nações (1775) – vantagens absolutas e a mão invisível do mercado, incrementada por David Ricardo em Princípios da economia política e tributação (1817) – vantagens comparativas e lei da divisão internacional do trabalho.

Os ideais neoliberais foram defendidos por economistas durante a segunda metade do século XX principalmente na Europa e Estados Unidos, pregavam que o governo estatal não deveria regular sua economia, sua atuação deveria estar em setores específicos, garantiriam o livre mercado e as privatizações.

A Europa que sustentava um modelo de bem-estar social e de estado interventor, nos moldes de Keynes, via surgir uma corrente em que não significava renovação, mas sim novos conceitos que em certo modo eram contrários ao estabelecido anteriormente.

Inglaterra e Estados Unidos foram os propagadores das ideias de Hayek e a crise do petróleo de 1970 ajudaria a implementar teoria a prática, o ditador chileno Augusto Pinochet foi pioneiro ainda na década de 1970, porém foi Margaret Thatcher nos anos de 1980 a mais emblemática líder neoliberal conhecida. (MORAES, 2003)

A capacidade de Thatcher de promover as reformas num país de economia avançada foi eficaz, porém seus atos foram extremos. A dama de ferro, como ficou conhecida, levou a cabo os ensinamentos neoliberais e sufocou os sindicalistas que foram impedidos de fazer greves com leis anti-sindicais e promoveu cortes com gastos sociais, além de um pacote de privatizações que incluíam indústrias básicas, entre outras medidas (SAPADJIAN, 2008).

Este modelo logo seria experimentado nos Estados Unidos de Ronald Reagan, Dinamarca e Alemanha. Como citado anteriormente Pinochet implementou tais ideias em solo latino-americano antes mesmo da Europa, entretanto foi no período após as ditaduras que Argentina, Brasil e Venezuela vivenciariam tais medidas.

Para Wilson Cano (2009)

“(…) o golpe de mestre dado pelos EUA em fins de 1979, elevando sobretudo a taxa de juros quebrou financeiramente os países subdesenvolvidos e alguns socialistas. Ingressávamos, assim, na torturante década de 1980 – a da “Crise da Dívida”, com alta inflação e estagnação produtiva e tecnológica. Mas o pior estava por vir: as reformas neoliberais impostas pelos EUA a partir de fins da década de 1980. A própria adesão à OMC e ao neoliberalismo reduziu ou mesmo eliminou os poucos graus de liberdade que tínhamos em termos de tarifas protecionistas, acordos bilaterais, controles sobre capital forâneo, câmbio, etc”. (CANO, 2009, p. 606).

Em relação à América do Sul, podemos iniciar com o caso da Venezuela no qual os partidos Ação Democrática – AD e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI, que se revezavam no poder desde 1958 foram os expoentes do neoliberalismo naquele país.

Os anos entre 1973 e 1983 foram essencialmente estáveis na economia petrolífera venezuelana, a exploração petrolífera estava em seu auge devido aos preços altos e a dependência mundial desta fonte não renovável. Os petrodólares foram responsáveis pela melhora na distribuição de renda e de benefícios sociais, porém como em outras sociedades latino-americanas permanecia o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, tal período só tornou a situação de desigualdade menos gritante (WILHELM, 2011)

No entanto, a crise dos preços do petróleo em acúmulo com uma enorme dívida externa em 1982, anunciaram o fim dos bons tempos. Os anos seguintes ficaram marcados pela implantação de reformas neoliberais e dos empréstimos ao FMI que, em contrapartida, ditava o arrocho na economia nacional para a concessão de novos empréstimos como nos outros países. Houve uma piora acentuada no quadro da pobreza no país e serviços públicos foram precarizados atingindo sempre a população que mais o necessita.

Em 1983, a forte desvalorização da moeda em uma sexta-feira do mês de fevereiro ficou conhecida como “sexta-feira negra” e foi uma prova de fogo aos partidos venezuelanos na opinião popular, mesmo assim em 1989 Carlos Andrés Pérez (AD) foi eleito e no início de seu governo firmou com o FMI o que ficou conhecido como “o pacote” para a obtenção de um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares, em contrapartida, foram aprovadas medidas de congelamento salarial, aumento nos preços de produtos básicos e deterioração dos direitos sociais (WILHELM, 2011, p. 258).

Com base no ocorrido, a população foi às ruas protestar contra as medidas neoliberais no que ficou sendo chamado de Caracaço, um dos episódios mais sangrentos da história venezuelana.

Los periodistas en Caracas se refirieron a este hecho como "el día en que los barrios bajaron en los cerros". Durante cinco días, multitudes de personas tomaron las calles, entraron a los comercios, saquearon, rompieron vidrieras, quemaron muchos y robaron vehículos. Los pobres y marginados residentes de los barrios, así como muchos de clase media, ya no aceptaban pasivamente la inflación de precios, la escasez de alimentos y el colapso de los servicios públicos. El rechazo colectivo, espontáneo y desorganizado a las crecientes desigualdades se tradujo en violencia abierta, desesperada y surrealista. Imágenes transmitidas por los medios mostraban personas de diversos tratos sociales saliendo alocadamente de los centros comerciales, empujando carros de supermercado repletos de cartones de leche, televisores y botellas de Coca-Cola. (ELLNER e HELLINGER, 2003, *apud* WILHELM, 2011, p. 259).

O Presidente Pérez foi destituído em 1993 diante acusações de corrupção e nenhuma simpatia popular sendo substituído pelo independente Rafael Caldeira nas eleições do mesmo ano, Caldeira também promoveu pacotes de ajustes tão radicais quanto os de Pérez.

Dentre suas medidas destaca-se a redução dos gastos sociais, a abertura do setor petrolífero ao capital internacional, a privatização de empresas estatais, como a telefonia, e a liberalização de preços, o que levou ao aumento exponencial da inflação, que atingiu 103,2%, obstaculizando o consumo da população pobre, a qual em final de 1996 era de 86%, sendo a em situação de pobreza crítica em cerca de 65%. (WILHELM, 2011, p.260).

O novo presidente venezuelano, Rafael Caldeira foi o limite, a população não se intimidou as políticas do governo e no final da década de 1990 daria sua cartada final aos tradicionais partidos e elegeu um candidato contrário as premissas até então vividas, este candidato era Hugo Chávez que representava o fim do revezamento político e o alívio com o fim das políticas neoliberais.

Sobre o governo de Hugo Chávez e sua Revolução Bolivariana, sua ascensão será tratada no próximo tópico.

Analisando o caso da Argentina, Carlos Saul Menem assume em 1989 a presidência deste país e permaneceria no poder por 10 anos, até 1999.

O Presidente Menem encontrou um país em bancarrota não só economicamente quanto socialmente e com grandes problemas inflacionários e cambiais. Para conter a crise, o presidente precisava abrir a economia e diminuir sua própria intervenção e se lançar ao modelo desenhado pelo economista John Williamson que foi chamado de Consenso de Washington, que era nada mais nada menos do que políticas neoliberais que o governo dos Estados Unidos ditava as economias latino-americanas para se livrarem de todos os males da crise econômica (SAPADJIAN, 2008).

Menem apostou nas dívidas oferecidas pelo FMI e pelos banqueiros e anunciou sua posição no espectro político como aquele que repudiava o estadismo e estava pronto para fazer as reformas e privatizações necessárias.

Durante toda a década de 1990 o governo Menem não conseguiu solucionar o problema do desemprego, do endividamento externo e dos gastos com o seu próprio governo, o PIB crescia, porém o descontentamento interno com as promessas neoliberais já era evidente a partir de 1995.

Sucessivas crises colocariam em cheque as políticas de austeridade, incluindo a crise da moeda brasileira entre 1997 e 1998, crise asiática e crise mexicana que tornaram a Argentina não mais atraente aos investimentos externos. Em 1999 com a eleição de Fernando de La Rúa que propôs medidas ortodoxas assumidas por ele no primeiro ano de mandato fizeram com que sua popularidade caísse a baixos níveis (SAPADJIAN, 2008).

Protestos ecoavam pelas ruas de Buenos Aires contra a diminuição dos salários dos servidores públicos e o super controle dos gastos, a população não estava apenas insatisfeita com o desemprego, também com os escândalos políticos protagonizados pelos pupilos do presidente De La Rúa (FERRARI, 2016).

Em 2001 a situação saiu de controle e uma crise institucional, econômica e social eclodiu por toda a Argentina, o presidente decretou estado de sítio em 19 de dezembro

daquele ano e a conseqüente renúncia do próprio Fernando De La Rúa. Os dois anos seguintes foram conturbados com trocas de presidentes constantes e protestos que fugiam do controle policial (SAPADJIAN, 2008).

Índices alarmantes de desemprego, PIB em queda livre e um esgotamento do modelo neoliberal desde 1996 culminaram numa massiva insatisfação popular e acabariam por enterrar o neoliberalismo na Argentina. Em 2003 a chapa de Néstor Kirchner de centro-esquerda saiu vitoriosa, iniciando assim a onda rosa argentina.

No caso do Brasil, os governos do período pós-redemocratização também se utilizaram da cartilha neoliberal a começar por Tancredo Neves em 1985 que morreu antes da posse, tendo assumido o vice José Sarney que manteve as políticas econômicas de Neves, porém a inflação da época não dava sinais de arrefecimento e as políticas de contenção de gastos pareciam não surtir efeito.

Luis Carlos Bresser Pereira em “A Economia e a Política do Plano Real” (1994) afirma, em suma, que “a inflação crônica assolou muitos países a partir da década de 1970, esta seria uma inflação que nem as teorias monetaristas nem as teorias keynesianas explicavam e não se revelavam efetivas” (BRESSEER PEREIRA, 1994, p.129).

Com a eleição de Fernando Collor em 1990, o neoliberalismo se tornaria dominante como afirma João José de Oliveira Negrão em seu artigo “O Governo FHC e o Neoliberalismo” (1996):

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos. (NEGRÃO, 1996, p.7).

O *impeachment* de Collor não poria fim ao projeto neoliberal no país, a continuação se apoiaria em Itamar Franco e o Plano Real que se consolidaria mais tarde por Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real segundo Bresser foi o melhor concebido das 13 tentativas de estabilização monetária desde 1979. Ao conseguir controlar a inflação e a estabilização da moeda, FHC usou isso como grande trunfo de sua campanha de reeleição.

O neoliberalismo no Brasil obteve apoio popular decorrente da nova moeda que estabilizou a economia, no entanto havia uma dificuldade em considerar o governo de Fernando Henrique como neoliberal.

Nesse sentido, Negrão (1996) ao indagar-se sobre isso relata 6 motivos pelos quais o governo FHC era realmente neoliberal:

- 1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores.
- 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica tentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado.
- 3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das *medidas provisórias* ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados *destaques de votação em separado*.
- 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres.
- 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo.
- 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças (NEGRÃO, 1996, p.8).

O Plano Real e as políticas neoliberais de FHC começariam a ser postas em prova a partir de 1999 com a crise de desvalorização da moeda brasileira quando o Banco Central resolve adotar o câmbio flutuante.

O fantasma da inflação voltara às manchetes e o dólar dispara com o fim da paridade, como consequência o governo FHC entraria em crise, os problemas econômicos e decorrentes da falta de investimento em infraestrutura e nas sucessivas privatizações de vários setores, inclusive o energético, culminaram no apagão de 2001, quando o brasileiro foi obrigado a economizar energia elétrica.

As crises internacionais refletiram no Brasil durante todo seu governo, o que obrigava a pedir empréstimos ao FMI aumentando, assim, a dívida externa. No final de seu governo apenas uma pequena parte da população o aprovava.

Nas eleições de 2002, o candidato apoiado por FHC, José Serra, perdeu para Luis Inácio Lula da Silva que tinha um discurso conciliador e renovador, assumindo uma agenda progressista de centro-esquerda no Brasil.

## 2.2 - Ascensão de Hugo Chávez: de 1998 até 2013

O final da década de 1990 foi o início da onda rosa na Venezuela com a chegada de Hugo Chávez e seu Movimento V República em 1998. Ao assumir a presidência, Chávez destoava dos tradicionais governos anteriores de Rafael Caldera, seu antecessor do partido de centro-direita “Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI” e do socialdemocrata Ramón José Velásquez do “Ação Democrática – AD”.

Desde 1958 ambos partidos juntamente com a “União Republicana Democrática – URD” iniciaram o que seria chamado de “*Pacto de Punto Fijo*”, neste pacto foi aprovado que estes grupos se revezariam no poder numa espécie de acordo para manter a democracia e a união nacional do país estável, tais partidos se intitulavam sociais democratas cristãos e mantinham o apoio da classe burguesa nacional que sobrevivia da renda do petróleo, também pode ser citado que os partidos de esquerda como o Partido Comunista Venezuelano eram excluídos neste período. (WILHELM, 2001)

A partir da década de 1980 o “*puntofijismo*” entraria em crise junto a opinião popular, dificuldades de manter os gastos do governo controlados obrigaram a implantação de projetos econômicos neoliberais que geraria revoltas populares por todo país.

Em 1982, o então tenente Hugo Chávez Frias fundou o Movimento Bolivariano Revolucionário ou MBR-200 com o apoio dos partidos de esquerda e como símbolo o herói revolucionário venezuelano Simon Bolívar.

O pacto se mostraria débil aos constantes movimentos populares inconformados com o arrocho governamental. Em 1989, uma série de protestos ecoaram pela capital Caracas contra o aumento de tarifas e do preço dos combustíveis e contra o presidente Carlos Andrés Pérez, porém o ato foi reprimido resultando num massacre que foi chamado de “*Caracazo*”, o mais violento da história venezuelana.

Após esta ação violenta a aprovação de Pérez declinava abrindo espaço para mobilização e um golpe militar foi orquestrado por Chávez em fevereiro de 1992, no entanto, foi mal sucedido resultando em sua prisão e na morte de 14 soldados. A adesão popular ao movimento de Chávez foi notória e diversas cidades foram capturadas no interior do país, mostrando a força do movimento revolucionário.

Por enquanto, Chávez tinha desistido de tomar o poder e até conseguiu falar em rede nacional sobre a falha tentativa de tomar o poder. Após esta aparição conseguiu toda a atenção da população e se tornaria a pessoa capaz de trazer as mudanças tão ansiadas pelo povo venezuelano.

O presidente Pérez sofreria um *impeachment* um ano após o ocorrido, sendo substituído por Rafael Caldeira (1993) que anistiou todos os responsáveis pela tentativa fracassada de golpe e, assim, dando oportunidade para que Chávez fundasse o Movimento V República para disputar as eleições de 1998.

O resultado foi a vitória nas urnas de uma figura nova ao que o país já havia vivido. Portanto, a ascensão de uma figura carismática aliado a um movimento socialista decretaria o fim do cartel político vigente há décadas e que não sustentava o apoio de uma sociedade empobrecida e carente por mudanças.

Panizza (2006) afirma que após sua vitória Chávez deu início a sua almejada revolução bolivariana e proferiu intensos discursos anti-imperialistas.

Sus discursos invocan la soberanía popular identificada con la imagen de Simón Bolívar. Como lo expresó en una de sus campañas: “Yo declaro que el pueblo es el único verdadero dueño de la soberanía.” “Yo declaro al pueblo venezolano como los verdaderos dueños de su historia. (PANIZZA, 2006, p.13.)

A imagem de Simon Bolívar sem dúvidas é a fonte de inspiração da esquerda latino americana, sobretudo nos países mais ao norte da América do Sul como Venezuela, Colômbia e Equador. Na atualidade sua imagem esta vinculada a revolução anti-imperialismo norte-americana e o levante das camadas mais pobres da população. Hugo Chávez baseado nesses ideais deu início ao que proclamou de socialismo do século XXI ou Revolução Bolivariana.

Segundo Pablo Uchoa em seu artigo “A Encruzilhada de Hugo Chávez”:

(...) a história do bolivarianismo na Venezuela é também a história da esquerda traída deste país, uma esquerda que passou anos à margem da política negociada no Congresso e nas instâncias oficiais do poder. Parte dela veio se refugiar nos Andes na década de 1960, onde nasceram as primeiras células guerrilheiras inspiradas na revolução cubana. Assim nasceu uma ideologia que fundia o sonho de Simón Bolívar com as teorias socialistas que, à época, se importavam da Europa e da Rússia. (UCHOA, 2003, p.105).

Ao tomar posse Chávez mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela e institucionalizou a figura de Bolívar, também tratou de reformar a constituição que lhe dava o direito a reeleição e não os únicos cinco anos da constituição anterior, também permitiu que governasse por decretos durante um ano sem precisar de aprovação da assembleia constituinte daquele país e apesar de sua postura radical e nacionalista manteve uma campanha patriótica que encantou os venezuelanos, como prova as seguintes eleições em que saiu vitorioso.

Esta esquerda traída Venezuelana se mantém no poder durante toda a primeira década do novo milênio até a atualidade e resistiu a ataques como a tentativa de golpe de 2002, orquestrada pelos Estados Unidos, em que Chávez foi detido por 47 horas, o supremo tribunal e a assembleia nacional foram dissolvidos e a constituição anulada, porém o presidente foi libertado e deu-se início a um governo mais autoritário e radical e o começo da piora no relacionamento com a potência norte americana acusada de planejar o golpe (UCHOA, 2003).

Governou quatro vezes seguida, só deixou o cargo em decorrência de sua morte em 2013. Com relação à economia, o país manteve seu status de exportador de petróleo e pecou pela não diversificação da economia.

Segundo reportagem publicada em 07 de março de 2013, na página *online* da rede britânica BBC:

A estrutura econômica herdada de governos anteriores na qual a atividade produtiva se resumia praticamente à exploração de petróleo se manteve intacta na era Chávez. Não houve diversificação do campo produtivo e o principal motor da economia continuou sendo o petróleo.<sup>4</sup>

Ainda a página de notícias afirma que Chávez manteve sua popularidade graças a programas sociais nas áreas da saúde e educação, diminuindo a pobreza, no entanto não conseguiu conter a inflação. Nenhuma diversificação econômica e nenhum programa para evitar a recessão mantiveram a Venezuela nos mesmos patamares de outrora.

### **2.3 – Autoritarismos do governo de Hugo Chávez**

Como exposto anteriormente, Hugo Chávez permaneceu no poder por quatro vezes seguidas e só deixou o cargo em decorrência de sua morte em 2013, tudo isso graças a reformas na constituição do país que lhe outorgava reeleições imediatas.

Esta nova constituição permitiu que Chávez governasse de 2000 a 2006 e ainda uma extensão até 2013, ano de seu falecimento e posse de Nicolas Maduro como sucessor escolhido pelo próprio Chávez, este por sua vez governará até 2019 que é a data prevista para novas eleições.

A constituição também previa regalias para os militares, talvez pela própria origem militar de Chávez, além de tudo isso, uma série de intervenções e nacionalizações foram

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306>> . Acesso em 10/01/2017.

registradas durante o governo, como monopólio das agências bancárias, fechamento de canais de televisão, censura à imprensa não alinhada e ataques a oposição.

A esquerda venezuelana tomou ares de autoritarismo e ganhou o noticiário mundial após o fechamento de um canal de televisão privado, a RCTV (Rádio Caracas Televisión) em 2007 acusados de fazer propaganda contra o regime de Chávez, outras emissoras de rádio e TV também estão ameaçadas de não terem suas concessões renovadas.

O autoritarismo também se nota no controle dos poderes legislativo e judiciário pelo regime chavista os tornando sem independência, dando ao governo um poder sem tamanho dentro de um estado nacional totalmente controlado pelos interesses pessoais de um mandatário.

A relação com a oposição é uma das piores, estes por sua vez acusavam o ex-presidente de mandonismo como se pode notar em reportagem de 2002 da rede britânica BBC:

Os opositores do presidente acusam-no de má-administração da economia do país e autoritarismo. Chávez classificou os venezuelanos que apoiam os protestos de "golpistas", insistindo que não será forçado a renunciar. O presidente determinou que o Exército não obedeça ordens de ninguém além dele. Ele afirmou que as tropas devem ignorar juízes e decisões judiciais e obedecer apenas decretos presidenciais.<sup>5</sup>

A esquerda venezuelana claramente se diferenciou dos regimes da região, como da Argentina e do Brasil que não promoveram mudanças profundas no que já estava estabelecido, além de aceitar a regra do jogo democrático, isso faz o país de Hugo Chávez destoar claramente à análise.

#### **2.4 - Gestões dos Kirchner na Argentina: de 2003 até 2015**

Os mandatos de Néstor Kirchner e de Cristina Kirchner foram às gestões que historicamente fazem parte da onda rosa argentina, iniciada em 2003 após uma seria crise econômica e fiscal decorrente da inadimplência dos governantes da década anterior, sobretudo, Carlos Menem que permaneceu por 10 anos no poder, de 1989 a 1999.

A cartilha econômica neoliberal seguida na década de 1990 não surtiram os efeitos necessários para a diminuição do desemprego, da inflação, do endividamento externo e do

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021217\\_venezuelaebc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021217_venezuelaebc.shtml)>. Acesso em 10/01/2017.

próprio governo, culminando em diversos protestos violentos em 2001 e uma grande crise de opinião pública com relação aos governantes no poder. Empossado em 1999, o presidente Fernando de La Rúa renuncia em meio aos embates nas ruas e sua fracassada política econômica. Os dois anos seguintes foram conturbados com trocas constantes de presidentes em revezamento até as eleições gerais de 2003.

O Partido Justicialista, historicamente ligado ao *peronismo*, esteve fragmentado com relação a qual candidato lançaria as eleições, podemos destacar que diversas vertentes ideológicas conviviam dentro do mesmo partido. Foram formadas três frentes dentro do Justicialista: A Frente pela Vitória de Néstor Kirchner e Daniel Scioli, a Frente pela Lealdade do ex-presidente Carlos Menem e o Movimento Nacional e Popular de Adolfo Rodríguez Súa.

Os favoritos segundo as pesquisas eram Carlos Menem com 23,9% dos votos e Néstor Kirchner com 21,9% aptos a um segundo turno que apontavam que Kirchner obteria 80% dos votos na segunda volta. Menem desistiu do pleito e conseqüentemente assume o candidato de centro-esquerda Néstor Kirchner.

Ana Carolina Vieira de Oliveira em seu artigo “A Política dos Kirchner em 10 anos” (2015) afirma como o novo presidente de esquerda buscou confrontar a velha política argentina:

Néstor Kirchner (...) baseou sua política de governo em questões relacionadas à proteção dos direitos humanos – ponto sensível na sociedade argentina –, à recuperação da economia argentina, aos demais temas sociais, à supressão do modelo neoliberal imposto inicialmente por Menem e ao nacional-populismo. Já em termos de política externa, a Argentina adotou medidas redirecionadas à reinserção do país no sistema internacional. (OLIVEIRA, 2015, p.4).

Cristina Kirchner sucedeu seu marido Néstor (2007) e assim como Dilma Rousseff no Brasil foi responsável pela continuação da onda rosa pelas vias democráticas. Cristina continuou o trabalho de Néstor de proteção aos direitos humanos e ao crescimento da economia e promoveu novos programas sociais.

No entanto, a herança da dívida externa da década de 1990 assombrou os dois mandatários, empréstimos eram feitos com facilidade junto ao FMI no governo Menem e o governo Kirchner teve que renegociar e segundo Oliveira (2015) o fez em 2005 e 2010 seguido de um acordo com credores de sua dívida, quase 93% aceitaram a negociação e os outros 7% se negaram e entraram com demandas judiciais, foram chamados de “fundos abutres” especulativos e levou a Argentina a dar um calote técnico (OLIVEIRA, 2015).

Nos governos Kirchner o PIB cresceu rapidamente devido a expansão das commodities que beneficiou toda a região, logo no primeiro ano do governo de Néstor Kirchner houve um aumento de mais de 8% da riqueza nacional, fato que animou os argentinos diante da crise que acabara de escapar.

A queda dos preços das matérias primas e grãos atingiu em cheio a Argentina após 12 anos de crescimento, e em 2012 em plena gestão de Cristina a economia não crescia como antes e a inflação que já era umas das maiores do mundo, disparou.

Deixando de lado a economia, as gestões Kirchner foram responsáveis pelo fim das leis de anistia, o que acarretou no julgamento de centenas de crimes cometidos durante a ditadura militar que antes estavam esquecidos. Esta foi uma das primeiras ações de Néstor Kirchner em 2003 como enfatiza Oliveira (2015):

Desde a reabertura dos julgamentos dos crimes da ditadura, após as leis de anistia terem sido declaradas inconstitucionais em 2006, até 2014, 554 pessoas já foram condenadas, dentre as várias processadas, em casos que afetaram cerca de 12 mil vítimas. Dentre as processadas, a cada ano, o recorde é batido, chegando a 1069 em 2014, segundos dados do Ministério Público Fiscal argentino. (OLIVEIRA, 2015, p.21).

Devendo também citar os programas sociais de distribuição de renda criados no país nesse período como o “Asignación Universal por Hijo” (AUH) e o “Plan Familias”, sobre o segundo programa Lauro Mattei (2015) em seu artigo “Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina” afirma que:

O Plan Familias compreendia quatro subprogramas: famílias pela inclusão social, centros integrados comunitários, comissão nacional de pensões assistenciais e o tema do desenvolvimento social e sanitário. Porém, as transferências monetárias ocorriam apenas no âmbito do primeiro subprograma. As ações monetárias correspondiam à transferência mensal de rendas às famílias pobres, cujo valor variava de acordo com a quantidade de filhos menores de 18 anos existentes em cada domicílio. Em 2005, por exemplo, famílias com apenas um filho nesta condição recebiam 155 pesos, enquanto famílias com seis ou mais filhos recebiam 305 pesos. Além disso, destinava-se uma bolsa mensal de 50 pesos para jovens e adultos continuarem seus estudos (...). (MATTEI, 2015, p.227).

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a legalizar o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo em 2010 e inclusive a adoção por casais homossexuais, ato que foi comemorado pela presidenta Cristina que em 2012, também aprovou uma lei que permitiu que transexuais escolhessem seu sexo no registro civil além da troca de nome e foto de suas identidades, comprovando o viés progressista de governo.

## **2.5 - Os Governos Lula e Dilma Rousseff no Brasil: a ascensão de uma nova classe média no período de 2003 a 2016.**

O governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, após varias tentativas nos pleitos eleitorais no período pós-redemocratização, finalmente conquistou a confiança da população e, assim, o fenômeno da onda rosa teve seu inicio no Brasil e profundamente mudou as estruturas do país rumo à modernização e a inclusão de milhares de pessoas na chamada nova classe média.

Lula, apelido que ganhou quando era sindicalista, nasceu em 27 de outubro de 1945 em Caetés, na época distrito de Garanhuns no interior pernambucano, aos 7 anos se mudou para o Guarujá no litoral de São Paulo com sua mãe Eurídice e logo para a capital paulista. Seu primeiro emprego foi em uma tinturaria aos 12 anos, aos 21 anos entrou para uma grande empresa do setor metalúrgico em São Bernardo do Campo e foi no sindicato dos metalúrgicos que sua carreira política começou.

Graças a seu carisma, Lula logo foi eleito diretor do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano do Sul em 1969, sendo eleito presidente do mesmo sindicato anos mais tarde. Em 1977 ficou conhecido em todo país pela luta por reajustes salariais e liderou grandes movimentos grevistas do setor.

No ano de 1980 foi preso pela lei de segurança nacional criada pelos militares e que proibia greves, ficou preso durante um mês e condenado a três anos de cadeia em 1981, mas recorreu e foi absolvido em seguida. Durante o período em que era presidente sindical, Lula tinha a intenção de fundar um partido, o qual foi concretizado com mais clareza após sua saída da prisão.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980 ao unir representantes sindicais, movimentos sociais, intelectuais entre outros. Seu fundador e primeiro presidente Luis Inácio Lula da Silva se lançou candidato ao governo do estado de São Paulo logo em 1982, porém foi derrotado, também participou da campanha das diretas já que culminou nas eleições presidenciais de 1985, no qual foi eleito Tancredo Neves. Em 1986 foi eleito deputado federal e participou ativamente na elaboração da constituição de 1988.

Em 1989 se candidatou a primeira eleição direta após o regime militar, ficou em segundo lugar, sendo vitorioso Fernando Collor de Mello. Nesta época já era clara para a mídia e seus opositores suas ideias de esquerda, tendo sido considerado radical. Apesar da derrota ganhou popularidade e reconhecimento.

André Singer em “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo” (2009) afirma que a derrota de Lula e a vitória de Collor em 1989 não decorria apenas de promessas fáceis, a população era hostil às greves que se prolongou de 1978 até o ano da eleição e Lula era o representante maior deste movimento, pois “os mais pobres eram mais hostis às greves do que os mais ricos” (SINGER, 2009, p.87).

Havia também uma propensão dos mais pobres se alinharem a direita, no entanto uma direita favorável à intervenção governamental na economia, o que para Singer (2009) é no mínimo peculiar. Ainda explica que os mais pobres buscam uma redução da desigualdade não importa se de esquerda ou direita, e os movimentos sociais poderiam desestabilizar seus anseios.

Fernando Collor utilizou-se do discurso ideológico para angariar votos entre os eleitores de baixa renda, o medo da ameaça comunista que era representada por Lula na campanha de Collor foi fundamental para sua vitória.

Nas eleições de 1994 e 1998 Lula também saiu derrotado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o papel de oposição ao governo exercido pelo PT e Lula foram fundamentais para sua ascensão, sobretudo na crise do real de 1999 e o apagão de 2001, que tornaram o partido ferrenho crítico as políticas neoliberais.

Estas derrotas podem ser vistas como reflexos de 1989 como afirma Singer (2009), FHC mobilizou os eleitores de baixa renda contra a esquerda e se aproveitou do desconhecimento político de uma grande camada da população.

Grande parte dos votos de Lula vinha de estudantes e trabalhadores registrados com bom índice de escolaridade, o que para Lula e o PT era uma barreira a ser vencida e a pergunta feita era: como conquistar os eleitores para quais suas políticas foram pensadas?

Em 2002, Lula vence sua primeira eleição presidencial, tendo derrotado José Serra do PSDB que era visto como a continuidade do governo FHC. Em 2006 foi reeleito para mais um mandato e em 2010 conseguiu que a candidatura de sua sucessora Dilma Rousseff (PT) fosse eleita e reeleita em 2014, fechando mais de uma década de governos progressistas.

Sobre Dilma Rousseff, as professoras Eugenia Cecilia Gómez Castañeda e Luciana Fernandes Veiga em seu artigo “A construção da imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais” (2012) afirmam que:

Ao ser lançada candidata a Presidente, Dilma Rousseff era um nome novo na política brasileira. Até 2008, metade dos brasileiros sequer haviam ouvido falar em Dilma Rousseff (48% a desconheciam de acordo com pesquisa Datafolha, realizada em março de 2008). Ainda que, desde 2003 ocupasse um Ministério no Governo

Lula. Sua primeira pasta foi como Ministra das Minas e Energias, de 2003 a 2005, e depois assumiu a chefia da Casa Civil (...). (CASTAÑEDA e VEIGA, 2012, p.60).

As vésperas da eleição de 2002, mais uma vez a população de renda superior apoiou Lula enquanto os mais pobres apoiaram à direita, as causas de sua vitória se deve a população mais rica e escolarizada das regiões sul e sudeste, tradicionalmente as mais desenvolvidas do país.

André Singer (2009) comenta sobre a peculiar situação que a esquerda brasileira encontrou antes da eleição:

Mesmo em 2002, depois de unir-se a um partido de centro-direita, anunciar um candidato à vice de extração empresarial, assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior (...) Em suma, a base social de Lula e do PT expressavam as características da esquerda em uma nação cuja metade mais pobre pendia para a direita. (SINGER, 2009, p.92).

Só nos primeiros anos após a vitória é que Lula conquista o eleitorado mais pobre do Brasil e finalmente obtém o que era desejado desde a fundação do PT em 1980 que agora era visto como um partido reformista de centro-esquerda.

Esta posição mais ao centro do espectro político causou decepção em antigos apoiadores, porém foi necessária para a governabilidade e coexistência com partidos e empresários. Em 2004 militantes posicionados mais a esquerda abandonaram o partido nascendo, assim, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Um das mais poderosas marcas do governo Lula foram os programas sociais, como o Bolsa Família, o Energia para Todos, o Fome Zero, entre outros. O Bolsa Família foi considerado o maior programa de transferência de renda do mundo e consiste numa ajuda financeira a famílias pobres que possuem gestantes ou crianças de 0 a 17 anos com a condição de que essas famílias mantenham seus filhos na escola, assim, quebrando o ciclo de pobreza.

O Bolsa Família reduziu a pobreza extrema no país a níveis nunca alcançados e foi responsável pela saída do Brasil do mapa da fome da ONU, também foi observado um aquecimento do mercado de trabalho e um aumento real no salário mínimo e também aumento no crédito popular e formalização trabalhista. Todas essas mudanças somadas foram responsáveis pela sensação de que o bem estar e o poder de consumo da população aumentaram.

Segundo Singer (2009), com o aumento do poder de consumo e na visível ascensão de uma nova classe média é que o eleitorado do PT conquistara os mais pobres, sobretudo das

regiões nordeste e norte e ao mesmo tempo diminuiu o apoio da classe média e alta tradicional das regiões mais ricas.

Essa inversão da base eleitoral foi responsável pela reeleição de Lula em 2006, mesmo em meio aos escândalos de corrupção do mensalão e um racha ideológico surgir no Brasil entre as novas classes médias e a tradicional. Pela primeira vez os formadores de opinião e centros de pesquisas não foram ouvidos, e como acrescenta Singer (2009):

O popular que havia ficado fora de moda, seja pela retórica da modernização, ao centro, seja pelo discurso de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real de Lula” veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou. Essa é a razão pela qual o presidente insiste que “nunca na história deste país... etc. etc.”. Irritados, os supostos “formadores de opinião” não percebem que Lula não está se dirigindo a eles e insistem na tecla de que a história não começou com Lula, o que é verdade, mas ouvido vários degraus abaixo, o bordão adquire outro sentido. (SINGER, 2009, p.101).

As classes mais escolarizadas deixaram de preferir o PT a partir de 2006 com o escândalo do mensalão e como afirma André Singer (2010) em “A Segunda Alma do PT”:

Após 2005, o PT cai nas faixas de escolaridade mais altas, indo de 29% para 22% entre os que chegaram à universidade e de 28% para 20% entre os que tinham acesso ao ensino médio. Em compensação, fica estável a parcela dos que simpatizavam com o PT no campo dos que só tinham cursado até o ensino fundamental. (SINGER, 2010, p.96).

As mudanças ocorridas dentro do PT após a eleição de Lula em 2003 também gerou dúvidas sobre o seu viés esquerdista. Como citado, ao assumir Lula fez concessões às elites e ao grande capital que mais parecia promessa de campanha, mas que se tornou programa do governo durante os anos seguintes.

O partido parecia acalmar a burguesia para se aproximar do subproletariado como verifica Singer (2010) ou um modo de preservar as conquistas neoliberais da década anterior e isso ficou evidente na escolha de José de Alencar do Partido Liberal que claramente era o oposto do PT. Mais tarde não haveria mais barreiras para as coligações, formando parcerias nas eleições municipais com representantes da direita.

Como modo de subsistência e de conciliação o partido contrariou muito de suas próprias pautas, porém “o partido tem sido o instrumento de construção do Estado de bem-estar social, com aumento do emprego, transferência de renda para os mais pobres e progresso na construção de sistemas públicos de saúde e de educação” (Singer, 2010, p.109).

A crise do neoliberalismo foi a porta de entrada para a onda rosa nos países analisados, no próximo capítulo será analisado os discursos, legados e a crise deste fenômeno político.

### **3. OS DISCURSOS, O LEGADO E A CRISE DO FENÔMENO POLÍTICO DA ONDA ROSA.**

Neste capítulo algumas hipóteses serão apresentadas para compreensão da Onda Rosa. Complementa este capítulo o discurso dos presidentes eleitos e algumas percepções sobre o legado deixado por esses governos e a consequente crise econômica e institucional que levaria a um arrefecimento da Onda Rosa.

#### **3.1 - Análise dos Discursos dos Presidentes Eleitos**

Nesse tópico serão abordados os discursos dos presidentes eleitos da tríade Brasil, Argentina e Venezuela, seus programas de governo e qual a contribuição dessas novas políticas no processo de ruptura com o passado e na ascensão da onda rosa.

No Brasil, as eleições presidenciais do ano de 2002 se configuraram histórica pela vitória do candidato Luis Inácio Lula da Silva, nunca na história do país uma pessoa oriunda das classes mais baixas e de orientação da esquerda trabalhista havia assumido o posto de presidente.

Deve-se reafirmar que Lula havia se candidatado outras três vezes (1989, 1994, 1998), porém em 2002 conseguiu quase 53 milhões de votos, despontando como um dos mais votados do mundo. No documento Programa de Governo (2002), Lula abrange quatro eixos fundamentais: 1) Crescimento, Emprego e Inclusão Social, 2) Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade, 3) Inclusão Social e 4) Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável.

O programa faz jus ao slogan de sua campanha “Mudança”, pelo menos aos padrões de governos estabelecidos anteriormente.

O processo reformista é adotado nas páginas do programa, entre elas a reforma tributária visando à simplificação de impostos, a reforma da previdência com intuito a universalização das aposentadorias, a reforma agrária tão esperada pela sociedade rural pobre brasileira e tinha como base fortalecer a agricultura familiar, a reforma trabalhista que garantiria o sindicalismo como base da democracia e a reforma política que já naquela época buscava o combate à corrupção e o financiamento privado de campanhas para diminuir legislações com base no interesse econômico empresarial.

Na dimensão da economia reflete também sobre a herança econômica neoliberal do governo anterior e a baixa taxa de crescimento, em torno dos 2,5%, isso se deve ao “abandono

do mercado interno e a ausência de políticas ousadas de exportação” e também as privatizações e a abertura financeira, que associadas fragilizaram o desenvolvimento do país, crítica a desnacionalização da economia, da dívida do setor público e a política fiscal que devido à baixa capacidade de regulação do estado impedem uma política indutora do crescimento. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

Sobre a herança social, o programa busca nas origens coloniais do país o motivo de suas desigualdades e mesmo com a industrialização e as reformas dos anos 1990, a população ainda sofre com a desesperança, sobretudo com o desemprego e a baixa participação dos salários na renda brasileira que com as privatizações elevaram os gastos da população. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

O social é enfatizado como eixo do modelo desenvolvimentista que daria prioridade ao crescimento do emprego combinado com geração e distribuição de renda e ampliação da infraestrutura social, esta seria a dinâmica do crescimento: ampliar o emprego e renda para aquecer o mercado interno. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

Sobre o novo modelo de industrialização afirma que deverá se distanciar do estilo cartorial e clientelista do passado e que para o futuro será retomado o crescimento econômico com base na geração de emprego e distribuição de renda. Observa-se que em todo o programa a ênfase no social é prioridade. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

A política de inclusão social visava os 53 milhões de pobres através de uma política nacional de inclusão social de caráter universal e não fragmentada, a partir disto pode-se notar que novos programas sociais estavam previstos e os existentes seriam ampliados.

Entre outras coisas do programa pode-se destacar os esforços para o combate a fome, a renda mínima e assistência social que davam ao candidato Lula um caráter de descontinuação com o passado e sua conseqüente eleição por uma população sem expectativas com a realidade até então estabelecida.

No entanto, há de se frisar que o candidato Lula nas eleições de 2002 se mostrou moderado e que isso deu o tom renovador da esquerda brasileira representada pelo Partido dos Trabalhadores, tal afirmação é constatada na Carta ao Povo Brasileiro (2002), no qual se compromete com as alas empresariais a fim de acalmá-las e com o povo que seria o foco das políticas do partido desde sua fundação.

Na carta, ainda se compromete com o combate a inflação, com a geração de emprego e distribuição de renda aliados a estabilização das finanças e da moeda, foco nas exportações e simplificação de impostos.

Claramente, buscava-se uma conciliação entre as diversas camadas sociais, do subproletário ao banqueiro, talvez a experiência com as eleições passadas fez com que o candidato Lula soubesse das nuances eleitorais e mesmo após a vitória, as premissas permaneceram durante todo o governo, provocando um racha com os mais radicais do partido.

O cientista político André Singer (2010) comenta que “Por certo tempo considerada uma “tática” para facilitar a transição, o ideário ali exposto compunha, na realidade, um segundo sistema de crenças, que passaria a residir definitivamente dentro do partido” (SINGER, 2010, p.105).

O fato é que a fratura com a gestão passada era evidente na carta ao concluir que “O povo brasileiro quer mudar para valer” dando voz à população sem esperanças “recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado” (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p.1).

Ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de posse reafirmou a necessidade de mudança e de crescimento econômico, temas já enfatizados em seu Plano de Governo e na Carta ao Povo:

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.<sup>6</sup> (Discurso de Posse do Lula, 2003).

Um importante programa de governo é lançado neste discurso, o programa de segurança alimentar “Fome Zero”. Lula explica que o problema da fome permanece desde os tempos coloniais e por todas as mudanças ocorridas até a atualidade, porém o presidente convoca o povo para um grande mutirão cívico, um mutirão nacional contra a fome (DISCURSO DE POSSE, 2003).

Na Argentina, o candidato de centro-esquerda Néstor Kirchner ao lançar seu plano de governo em 2003 foi noticiado pelo grupo Clarín<sup>7</sup>, que afirmou em reportagem que dentre as

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva>>. Acesso em: 22/03/2017.

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://www.clarin.com/politica/plan-gobierno-buenas-intenciones-decir\\_0\\_B1cGO-xAYx.html](http://www.clarin.com/politica/plan-gobierno-buenas-intenciones-decir_0_B1cGO-xAYx.html)>. Acesso em: 10/01/2017.

muitas propostas de Kirchner, uma delas era manter os planos sociais e priorizar o MERCOSUL.

Na mesma publicação, o plano de Kirchner para segurança social promete a continuidade com os programas de cobertura alimentar e do “Jefas y Jefes de Hogar” do ministério do trabalho, emprego e segurança social que tem como objetivo um seguro financeiro a pessoas desempregadas com filhos de até 18 anos, também a consolidação do Seguro Materno Infantil que assegura mulheres grávidas e seus filhos até os 5 anos de idade. Sobre o tema de geração de emprego, foi destacado por Kirchner a ampliação dos salários e a garantia das relações de trabalho, como medidas de inspeção para combater fraudes nesses setores.

Após assumir a presidência fez um discurso a Assembleia Legislativa, em 25 de maio de 2003, como está documentado no site da Casa Rosada<sup>8</sup> (a sede do executivo argentino). Neste discurso afirma algumas diretrizes de sua gestão e se auto-intitula o novo, à nação argentina.

El 27 de abril, las ciudadanas y los ciudadanos de nuestra patria, en ejercicio de la soberanía popular, se decidieron por el avance decidido hacia lo nuevo, dar vuelta una página de la historia. No ha sido mérito de uno o varios dirigentes, ha sido, ante todo, una decisión consciente y colectiva de la ciudadanía argentina. (NÉSTOR KIRCHNER, 2003).

Kirchner<sup>9</sup> relembra o passado militar dos anos 1980 e as medidas econômicas dos anos 1990, que culminaram em crises no final da mesma década, e afirma que o resultado só poderia ser o desprestígio da política, e que no novo milênio, este passado seria superado.

En este nuevo milenio, superando el pasado, el éxito de las políticas deberá medirse bajo otros parámetros en orden a nuevos paradigmas. Debe juzgárselas desde su acercamiento a la finalidad de concretar el bien común, sumando al funcionamiento pleno del Estado de derecho y la vigencia de una efectiva democracia, la correcta gestión de gobierno, el efectivo ejercicio del poder político nacional en cumplimiento de transparentes y racionales reglas, imponiendo la capacidad reguladora del Estado ejercidas por sus organismos de contralor y aplicación. (NÉSTOR KIRCHNER, 2003).

Complementa Kirchner em seu discurso que a cidadania plena é fundamental para a ascensão social. O ex-presidente da Argentina posiciona o Estado como grande reparador das desigualdades sociais e criador de oportunidades de acesso à saúde, educação e moradia, pois

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24414-blank-18980869>>. Acesso em: 10/01/2017.

<sup>9</sup> Não foi possível encontrar os Planos de Governo e discursos de posse de Néstor Kirchner e de Hugo Chávez documentados, portanto foi utilizado o que foi noticiado pela imprensa e o que está disponível em sites governamentais como o da Casa Rosada no caso argentino.

as desigualdades sociais não se resolvem somente com políticas sociais, mas também através de políticas econômicas.

Assim como Lula, Kirchner é um renovador e rompeu com parte da ideologia vigente anteriormente e buscou conciliar o ideal do desenvolvimento econômico com justiça social ao estilo das centro-esquerdas.

Na Venezuela, ao assumir o cargo, Hugo Chávez desferiu um inflamado discurso citando mártires como José Martí, Augusto Sandino e principalmente a figura de Simón Bolívar, a clara inspiração para o que ele chamaria de Revolução Bolivariana a ser concretizada no país. Ademais, ele atacou a ideologia econômica do período “*puntofijista*” e o estado da crise financeira em que seu governo iniciou:

Ahora carcomió instituciones, carcomió el modelo económico y la crisis se hizo económica y comenzamos a oír en Venezuela a hablar de devaluación, de inflación, términos que habían quedado durante muchos años al recinto de los estudiosos de la economía. Pero tampoco se reguló esa crisis, ni la moral ni la económica y la acumulación de estas dos crisis originó una tercera espantosa, espantosa porque es visible, porque las otras, la moral y la económica son así como los volcanes que por debajo van madurando hasta que explotan y revientan y se hacen visibles y arrasan pueblos, vidas y ciudades<sup>10</sup>. (CHÁVEZ, 1999).

Chávez destacou a necessidade de profundas reformas políticas e sociais através de uma revolução em todos os setores, para tanto afirma que o objetivo da nova Constituição é a refundação da nação:

(...) mi gobierno introducirá aquí en el Congreso la solicitud de una Ley Habilitante, una Ley Habilitante para enfrentar en el corto plazo, porque el pueblo no puede esperar la Constituyente y esa es una verdad absoluta, la Constituyente no es una panacea, nunca la planteamos así. Tiene un objetivo fundamental como es la transformación de las bases del estado y la creación de una nueva República, la refundación de la República, la relegitimación de la democracia. Ese es el objetivo fundamental de la Asamblea Constituyente. (CHÁVEZ, 1999).

Todas as reformas de Chávez visavam à construção da nova República Bolivariana, da Venezuela, em total ruptura com o passado, pela via do projeto de democracia participativa que promoveria justiça social. A revolução estaria baseada na democracia e não nas armas, configurada como uma revolução pacífica. A compreensão de Chávez sobre a revolução do século XXI é de um povo que recuperou suas próprias ações, recuperou a consciência, a isso é dado o nome de revolução, pelas vias democráticas e por todas as partes.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.democraciasur.com/documentos/VenezuelaChavezTomaPresidencia99.htm>>. Acesso em: 25/01/2017.

Os discursos dos três casos analisados levam a conclusão de que há diferenças marcantes dentro do processo da onda rosa. Os discursos dos recém-eleitos presidentes, entre o final dos anos 1990 e início dos 2000, pode ser considerado como renovadores e refundadores.

### 3.2 – O Legado dos Governos da Onda Rosa na Argentina, Brasil e Venezuela

Além dos discursos e retóricas é necessário analisar empiricamente as mudanças econômicas e sociais ocorridas no período delimitado neste trabalho e que compreende o fenômeno da onda rosa, para que possa ser averiguado se as diferenças na plataforma de governo entre renovadores e refundadoras representam, na prática, alguma evolução no quadro de pobreza dos países analisados.

Os indicadores sociais indicam uma melhora gradual durante o período a ser analisado de 1998 a 2015 no IDH e GINI dos três países, em decorrência das políticas sociais e de redistribuição de renda aplicadas durante a última década que perceptivelmente melhoraram a qualidade de vida da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma estatística utilizada para medir e comparar o grau de desenvolvimento humano dos países do mundo como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos numa escala de 0 a 1, quanto mais próximo a 1 mais desenvolvido é o país.

No quadro 2 pode-se notar a evolução do IDH de 2000 a 2014, a Argentina entrou na lista dos países com índice de desenvolvimento “muito alto” já em 2010, enquanto Brasil e Venezuela se localizam como “alto”, levando em consideração que os critérios de avaliação utilizados para se mensurar combinam expectativa de vida, anos médios de estudo e PIB *per capita*, observa-se que o período da onda rosa influenciou positivamente nos dados.

#### Quadro 2: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Países	2000	2010	2014
Argentina	0,753	0,799	0,836
Brasil	0,612	0,727	0,755
Venezuela	0,677	0,759	0,762

Fonte: Elaboração Própria com base dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e PNUD: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> e <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>

Com relação ao Coeficiente de GINI que mede a desigualdade, como por exemplo, a distribuição de renda dentro de um país e é mensurado entre 0 a 1, sendo quanto mais próximo a 0 menor desigualdade é notada dentro de uma mesma sociedade, pode-se notar que os três países obtiveram uma lenta queda, principalmente a Argentina, seguida de Venezuela e por último o Brasil.

### Quadro 3: GINI

Países	2002	2009	2012
Argentina	0,578	0,510	0,475
Brasil	0,634	0,576	0,567
Venezuela	0,500	0,416	0,405

Fonte: Elaboração Própria com base dados do Banco Mundial: <[data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR](http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR)>.

Os dois índices combinados indicam aumento do nível de escolaridade, diminuição da pobreza e da desigualdade, da expectativa de vida e do PIB *per capita* nestas nações, muito em decorrência de investimentos do Estado em programas como o Bolsa Família e as Missões Venezuelanas, em conjunto com a expansão do ensino através de novas escolas e novas universidades, ações afirmativas para a inclusão da população mais pobre, combinado com o aumento de salários, permitiu maior poder de compra e movimentou, mesmo que timidamente parcela da população abaixo da linha de pobreza para uma realidade mais igualitária.

**Tabela 1: Variação do PIB de Argentina, Brasil e Venezuela na série histórica 1998 a 2015.**

	1998	2003	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>ARG</b>	-	8,8%	9,0%	8,4%	8,0%	3,1%	0,1%	9,1%	8,6%	0,9%	2,9%	0,5%	2,1%
<b>BR</b>	-	1,1%	5,7%	4%	6,1%	5,2%	-0,3%	7,5%	2,7%	1,0%	2,3%	0,1%	-3,8%
<b>VEN</b>	0,3%	-7,8%	18,3%	9,9%	8,8%	5,3%	-3,2%	-1,5%	3,4%	5,6%	1,3%	-4,0%	-10%

Fonte: Elaboração Própria com base dados do IPEADATA e Banco Mundial: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> e <<http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table>>.

Com relação ao PIB podemos notar uma taxa ascendente de 2003 a 2008 nos três países, com crescimento de 9,0%, em 2004, na Argentina e de 18,3%, na Venezuela, que no ano anterior havia decrescido 7,8%, no Brasil, a taxa se manteve mais estável e próxima.

Os governos de Néstor Kirchner, de Luis Inácio Lula da Silva e de Hugo Chávez presenciaram o *boom* do crescimento econômico da primeira metade da década de 2000, com os preços das *commodities* em alta e o efeito China.

Wilson Cano (2009) em seu artigo “Crise Atual na América Latina” afirma que nesse período viveu-se uma ilusão da recuperação do crescimento das economias, creditou este entusiasmo à China e ao mercado interno aquecido, porém a ilusão foi desfeita em 2007, com a crise financeira nos Estados Unidos e a desaceleração do mercado mundial.

A crise mundial impactou negativamente o PIB de Argentina, Brasil e Venezuela, principalmente a partir de 2009, com a desaceleração econômica, conforme apresentado na tabela 1. O Brasil entrou neste curso de declínio da economia a partir de 2014, confirmando a tendência para estes países.

No caso da Venezuela os índices da economia variaram devido aos altos e baixos dos preços do petróleo no mercado mundial, principal *commodities* para exportação. Nos outros países as *commodities*, principalmente soja e milho, já não encontravam um mercado comprador tão forte como na primeira metade da década do novo milênio, o que acarretou num decréscimo acentuado em 2014 e 2015.

Preços baixos do petróleo e desaquecimento nas *commodities* levaram a uma crise não só econômica quanto política e institucional que ameaçaria a onda rosa e a ascensão da direita neoliberal e retrocessos nos direitos sociais da população.

Entretanto, há uma contradição entre os índices econômicos e os índices sociais, que como afirmado anteriormente, melhoraram nos países mencionados, mesmo com a volatilidade da economia no período da crise de 2008.

Tudo isso é legado das políticas sociais destes governos. No Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>11</sup>, no ano de 2015 ao revelar os dados do Programa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2014, verificou-se que uma queda da pobreza extrema de 2004 para 2014 numa ordem de 63% a 68, 5% dependendo da análise utilizada.

Na Argentina, impactos de programas sociais como o “Plan Familias” e o “AUH”<sup>12</sup> diminuíram notadamente a extrema pobreza no país, como cita MATTEI ao parafrasear ROFMAN; OLIVERI (2011):

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27000](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000)>. Acesso em 25/02/2017.

<sup>12</sup> AUH – Asignación Universal por Hijo.

(...) estudos preliminares revelaram que no primeiro ano o AUH reduziu a pobreza geral em 13% e a pobreza extrema, também chamada de indigência, em 55%. Com isso, algumas fontes indicam que o programa tem contribuído para que o nível de desigualdade se situasse no patamar mais baixo desde o ano de 1986, o que situa a Argentina entre os países com os menores níveis de desigualdade de renda na América Latina. (MATTEI *apud* ROFMAN, OLIVERI, 2011, p.229).

Na Venezuela, o legado de Chávez (1998 – 2013) foi noticiado pela página online da emissora britânica BBC<sup>13</sup> em 2013, data de seu falecimento, e cita a queda da desigualdade no país como grande trunfo de seu governo. Ainda cita que o país hoje tem a distribuição de renda mais igualitária da região e que segundo dados do Banco Mundial, a porcentagem de venezuelanos que vivem abaixo da linha de pobreza caiu de 62,1% em 2003 para 31,9% em 2011.

### **3.3 – A Crise da Onda Rosa**

Como apontado anteriormente, apesar das claras melhorias dos índices sociais há uma contradição com os índices econômicos que se mantiveram em ascensão no período 2003 a 2008, porém, sofreram queda após a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos e que afetou diretamente os países em desenvolvimento.

A queda da geração de empregos e o aumento da inflação combinado com aumento da dívida governamental, preços baixos das commodities e o baixo crescimento da China fez com que a segunda década do novo milênio se mostrasse difícil para as econômicas da região, principalmente Brasil e Venezuela, que viram seu PIB crescer menos e até a decrescerem gerando fortes impactos políticos nos governos da onda rosa.

No Brasil, a crise gerou grande descontentamento por parcela significativa da população, no mesmo período os noticiários denunciaram os inúmeros escândalos de corrupção que citava boa parte da base governista, tal fator influenciou a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que viu a oposição ganhar força, alertando o Partido dos Trabalhadores que o termômetro político estava mudando.

Os últimos anos de Cristina Kirchner também foram abalados pelos crescimentos baixos de 0,9%, em 2013, e de 0,5%, em 2014, e a proximidade com as eleições de 2015 não deram fôlego para uma recuperação, em decorrência disso, a presidenta Kirchner viveu

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103\\_obituario\\_chavez\\_cj.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obituario_chavez_cj.shtml)>. Acesso em: 10/01/2017.

intensos conflitos com organizações camponesas e intensas greves e bloqueios ao mesmo tempo em que também não se dava bem com a imprensa, sobretudo o grupo *Clarín*.

Com a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro seria seu sucessor natural, no entanto o momento de crise internacional também afetou o principal produto exportador da Venezuela, o petróleo, que levou o país ao maior tombo da década quando decresceu cerca de 4% em 2014 e 10% em 2015 que acarretou em desabastecimento de produtos básicos e protestos da oposição, que diferente dos outros países, sofrem com a censura e a repressão do regime de Maduro.

A partir de 2015 a onda rosa passa por seu momento mais difícil e começa a arrefecer primeiro na Argentina, após 12 anos de hegemonia política com a eleição de Mauricio Macri que ao adotar um discurso liberal de recuperação econômica venceu o candidato apoiado por Cristina Kirchner com 51,4% dos votos.

Macri candidato pelo PRO – Proposta Republicana, partido de centro-direita, venceu por uma pequena margem e encontrou dificuldades com os diversos setores, principalmente movimentos sociais que ainda estão ligados ao *peronismo* ou ao *kirchnerismo*. As propostas de redução da inflação não se concretizaram ainda, pois o que se nota é uma das maiores taxas inflacionárias do mundo, aumento nas tarifas de transporte, gás e energia elétrica.

As mudanças na Argentina foram acompanhadas de perto pelo noticiário brasileiro e a recém-reeleita presidenta Dilma Rousseff encarava uma casa legislativa conservadora e composta em maior parte pela oposição, sua governança estava seriamente comprometida.

Após um processo de *Impeachment* aprovado em 31 de agosto de 2016 no Senado Federal, a presidenta deixaria seu cargo e em seu lugar assumiu o vice-presidente Michel Temer que, como amplamente divulgado pela imprensa, já articulava assumir o cargo de presidente no que ficou conhecido como um golpe institucional contra a presidenta eleita, sem entrar no mérito, o fato é que a visão política de Temer e de seu partido de centro, o PMDB, não é favorável a replicação da onda rosa nessa que é a maior nação da América Latina.

Como já afirmava SILVA (2014) a cerca dos sinais de crise política na região:

(...) como os protestos ocorridos no Brasil em meados de 2013 parecem dramaticamente indicar (e como já se viu no Chile ao final do ciclo da Concertação), sistemas políticos esclerosados, partidos e líderes sem representatividade e canais de participação limitados podem bloquear a capacidade de adaptação e renovação dessas versões mais moderadas do progressismo latino-americano – ficando em aberto quais alternativas poderiam se apresentar a partir daí. (SILVA, 2014, p.24).

A alternativa que surgiu foi a guinada neoliberal que segue os moldes do Consenso de Washington, começando pela agenda do presidente em exercício Michel Temer de cortes e

ajustes, além de projetos para a precarização da previdência social, mascarados de modernização, reformas trabalhistas entre outras, além da destruição de bandeiras e direitos conquistados nos anos de governo progressista e que foram sua marca registrada.

Assim, todas as variáveis citadas, sobretudo a economia em queda e, principalmente, a inflação em alta desperta a atenção popular e a recusa por um governante, a onda rosa que ascendeu ao poder por seu discurso carregado de elementos distintos dos praticados nos anos 1990 perde espaço para o mesmo diagnóstico de cortes e arrochos tão evitados e que agora se reproduzem novamente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar como este projeto político conhecido como Onda Rosa surgiu na América do Sul, em especial os países analisados, cronologicamente primeiro na Venezuela, em seguida na Argentina e por fim no Brasil.

No ano de 1998, Chávez ao assumir a presidência da Venezuela pôs em prática sua revolução bolivariana refundadora da nação autointitulado a revolução do Século XXI, diferente de Lula no Brasil, em 2002, que reinventaria a política brasileira e um ano após Kirchner iria quebrar o paradigma do Partido Justicialista provando que um candidato ligado ao *peronismo* e de centro-esquerda poderia chegar a Casa Rosada e ainda eleger uma sucessora.

Estes três países foram escolhidos por suas peculiaridades no que se refere a onda rosa: a Venezuela governada por Hugo Chávez e seu viés revolucionário bolivariano e refundador, que rompeu com décadas de governos oligárquicos, implementou reformas sociais e de base, criou programas de redistribuição de renda, promulgou uma nova constituição, porém adotou uma postura que mesclava o carisma, a popularidade e o autoritarismo com seus opositores, e atualmente sob o governo de Nicolas Maduro, o país está numa grave crise político-econômica.

A escolha da Argentina, no chamado período Kirchner, se deve ao fato de que a mesma vinha de uma grave crise econômico-financeira decorrente do pesado ajuste fiscal ocorrido no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, crise esta originada das políticas neoliberais que foram implantadas nos governos Menén e de La Rúa, que fez o país decretar moratória, e atingiu a população com o fim da paridade do câmbio dólar/peso, e a política do *curralito*. A vitória de Néstor Kirchner em 2002 rompeu com os ideais do *peronismo*, e seu governo se caracterizou por reformas econômicas e sociais, que foram continuadas por sua esposa Cristina, eleita com amplo apoio popular.

Em relação ao Brasil, a eleição de Lula marcou a ascensão dessa nova esquerda, mais moderada e progressista, com uma mensagem de mudança e esperança, promovendo amplas reformas sociais e de distribuição de renda, com investimentos em infraestrutura, e que também veio se contrapor com as políticas neoliberais e do arrocho fiscal imposto ao país pelo FMI no decorrer da década de 1990.

Como visto acima, em comum, o trabalho analisou as bases sociais e econômicas da década de 1990 para se ter um diagnóstico de como ascendeu o legado da onda rosa, bem como ocorreram os fatores de sua instabilidade e as causas da crise político-institucional do fenômeno. Posteriormente, sugere-se neste trabalho que há a ascensão de uma nova direita, como já ocorreu na Argentina, com a eleição de Macri, e no Brasil no pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, com ascensão seu vice, Michel Temer, que veio a assumir o governo apoiado por um congresso majoritariamente conservador.

A onda rosa, como ficou conhecida a ascensão da esquerda na América Latina, é um movimento que dura quase duas décadas propagando um discurso progressista, e pode ser considerado como uma ruptura ao neoliberalismo dos anos 1990 que causou graves crises ao final da década supracitada.

Seus governos possuem diferentes projetos que foram implantados dependendo das características de cada nação. Como demonstrado neste trabalho esta esquerda realmente se afastou da ortodoxia marxista e passou a conviver com a democracia e o capitalismo, sem deixar de se preocupar com os direitos sociais.

O populismo caracterizado em seus líderes, Chávez, Kirchner e Lula, foi analisado sob a ótica dos estudos dos tipos ideais de Max Weber e suas formas de dominação, entre as quais, a carismática.

Em outro aspecto, o presente trabalho constatou a priorização da participação popular nestes governos, e o discurso do líder carismático, capaz de mobilizar grande parcela da população, graças as grandes conquistas sociais do período dos governos de Chávez, Kirchner e Lula, em seus respectivos países.

O aquecimento do mercado internacional e o grande crescimento da China, maior compradora de *commodities* destes países, garantiram aos governos anos de estabilidade econômica, fato que lhes concedeu a possibilidade de investir em programas sociais e retirar milhões de pessoas da extrema pobreza, garantindo um aumento dos índices sociais.

Entretanto, o modelo político da onda rosa seria testado a partir da grande recessão ocorrida após o ano de 2008, iniciada nos Estados Unidos, que atingiu fortemente as principais economias do mundo, e conseqüentemente, propagada pela América Latina.

Os efeitos desta crise nos países sul-americanos, entre os quais Brasil, Argentina e Venezuela, foram mais duradouros e foram combinados com elevados aumentos das despesas macroeconômicas destes governos, visando manter os programas sociais, além dos erros de gestão econômica e escândalos de corrupção.

Porém, os últimos anos se mostraram difíceis para a economia e conseqüentemente para a política, o modelo político da onda rosa se esgotou e sofreu grandes perdas na Argentina de Cristina Kirchner e no Brasil de Dilma Rousseff.

Cristina Kirchner não conseguiu eleger um sucessor, tendo a população optado por um governo parecido com os ideais vividos na década de 1990, a imagem de Kirchner ao longo dos anos ficou comprometida por grande parcela da população argentina graças aos conflitos no campo.

No Brasil, a oposição não esperou as próximas eleições de 2018 e se articularam diante da crise alegando irresponsabilidade fiscal da presidenta Dilma Rousseff, sucessora de Lula, houve a queda da sua popularidade. O fim anunciado foi um pedido de *impeachment*, que logo foi acolhido pela Câmara dos Deputados, dirigida por um conservador Eduardo Cunha (PMDB), e aprovado pelo Senado Federal em agosto de 2016, pondo fim a onda rosa no Brasil.

As chances de sobrevivência de qualquer modelo político diante das variáveis da economia global pode ser questionado, e a partir do exposto neste trabalho, mais do que o desgaste político, já que os escândalos de corrupção são observados a bem mais tempo.

Portanto, este trabalho concluiu que a onda rosa é uma ruptura com o neoliberalismo dos anos 1990, que fez emergir uma nova esquerda, mais progressista e moderada e ainda, este modelo político institucional também manteve as economias de mercado em suas respectivas nações, porém com uma atenção maior as questões sociais, direitos humanos e de garantias fundamentais do indivíduo e das minorias.

Atualmente, ainda não é possível determinar uma ruptura total com a esquerda característica da onda rosa devido ao pouco tempo dos fatos analisados, entretanto há fatores de fragmentação e nesta pesquisa buscamos analisar algumas; 1. A vitória de Mauricio Macri de centro-direita na Argentina e 2. O *impeachment* de Dilma Rousseff e a conseqüente guinada do conservadorismo de direita no país.

Por fim, ainda resta observar o caso da Venezuela no qual o governo de Nicolas Maduro passa por uma crise econômico-financeira, política e humanitária. Em 2015, a oposição assumiu boa parte do legislativo e se espera uma mudança drástica nos rumos nos projetos de Chávez caso tal oposição vença nas eleições presidências de 2019. Por enquanto tivemos um fim da proposta progressista nas duas maiores economias sul-americanas, Argentina e Brasil, no entanto permanece em aberto a situação venezuelana para diagnósticos futuros e de replicabilidade da onda rosa.

## REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: *Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ALFREDO Keller R., “*Populismo Institucional e Populismo Revolucionário na Venezuela*” in: CADERNOS ADENAUER V (2004). nº 2, *Neopopulismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2004.

ANASTASIA, Fátima, RANULFO, Carlos, SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer [São Paulo]: Fundação UNESP, 2004.

BBC BRASIL, *South America’s Leftward Sweep*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4311957.stm>>. Acesso em: 15/07/2016.

BBC BRASIL. *Oposição convoca mais protestos contra Hugo Chávez*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021217\\_venezuelaebc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021217_venezuelaebc.shtml)>. Acesso em 10/01/2017.

BBC BRASIL. *Chávez, o militar socialista que transformou a Venezuela*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103\\_obituario\\_chavez\\_cj.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obituario_chavez_cj.shtml)> Acesso em: 10/01/2017.

BBC BRASIL. *O legado de Chávez: os prós e os contras*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306\\_chavez\\_argumentos\\_pro\\_contra\\_w.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306_chavez_argumentos_pro_contra_w.shtml)> Acesso em: 10/01/2017.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise e renovação da esquerda na América Latina*. Lua Nova, São Paulo, n. 21, p. 41-54, Oct. 1990 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451990000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451990000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15/06/2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A Economia e a Política do Plano Real*. Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4 (56), p. 129-149. Outubro-dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=541>>. Acesso em 15/06/2016.

CASA ROSADA. *Discurso del señor presidente de la nación, doctor Néstor Kirchner, ante la honorable asamblea legislativa*. Disponível em: <<http://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/24414-blank-18980869>>. Acesso em: 10/01/2017.

CLARÍN. *Plan de gobierno: buenas intenciones sin decir el "cómo"*. Disponível em: <[http://www.clarin.com/politica/plan-gobierno-buenas-intenciones-decir\\_0\\_B1cGO-xAYx.html](http://www.clarin.com/politica/plan-gobierno-buenas-intenciones-decir_0_B1cGO-xAYx.html)>. Acesso em: 10/01/2017.

CANO, Wilson. *América Latina: notas sobre a crise atual*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, dez. 2009.

CASTAÑEDA, Eugenia Cecilia Gómez, VEIGA, Luciana Fernandes. *A Construção da Imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas Eleições Presidenciais*. Disponível em: <[http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo\\_EugeniaLuciana12.pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_EugeniaLuciana12.pdf)> Acesso em: 12/02/2017.

DEMOCRACIA SUR, *Hugo Chávez: discurso de toma de posesión presidencial*. Disponível em: <<http://www.democraciasur.com/documentos/VenezuelaChavezTomaPresidencia99.htm>>. Acesso em: 25/01/2017.

ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. 1. ed. Editorial Nueva Sociedad, 2003.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *Íntegra do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pronunciado no Congresso Nacional*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva>>. Acesso em: 22/03/2017.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. *As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação*. Economia e Sociedade, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 47-80, jan. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642794>>. Acesso em: 22/02/2017.

GERMAN Lodola, “*Neopopulismo e Compensações aos Perdedores da Mudança Econômica na América Latina*” in: CADERNOS ADENAUER V (2004). n° 2, *Neopopulismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2004.

IPEA, *Em 10 anos, redução da extrema pobreza foi de ao menos 63%*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27000](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000)> Acesso em: 25/02/2017.

LANZARO, Jorge, HILLEBRAND, Ernst. *La Izquierda en America Latina y Europa: Nuevos Procesos, Nuevos Dilemas*. outubro 2007. Disponível em: <[library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/07062.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/07062.pdf)>. Acesso em 02/05/2016.

MATTEI, Lauro. *Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina*. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 222-230, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802015000200222&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000200222&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10/03/2017.

MELLO, Patrícia Campos. *Consenso de Brasília*. Revista Interesse Nacional, n.15, ano 4, outubro- dezembro de 2011.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Reginaldo C., *O Legado de Margareth Thatcher*. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v.10, n. 2, p. 19-29, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/5699/5558>>. Acesso em: 15/01/2017.

MORAVCSIK, Andrew (2000). The Origins of Human Rights Regimes: Democratic Delegation in Postwar Europe. *International Organization*, 54, pp 217-252 doi:10.1162/002081800551163

NEGRÃO, João José de Oliveira. *O Governo FHC e o Neoliberalismo*. *Revista Lutas Sociais*, nº 1, p. 1-11.1996. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18809/13991>> Acesso em: 15/06/2016.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de. *A política dos Kirchners em 10 anos*. UERJ/OPSA, Observador *On-Line*, v.10, n.07, 2015.

PANIZZA, Francisco (2006). “*La marea rosa*”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 8.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Programa de Governo de 2002 Coligação Lula Presidente*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 14/03/2017.

SAPADJIAN, Fabiana Yezeguielian. *Políticas Econômicas Neoliberais dos anos 90 que desembocaram na crise de 2001 na Argentina*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: FAAP, 2008. Disponível em: <[www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/ciencias-economicas/2008/fabiana\\_sapadjian.pdf](http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/ciencias-economicas/2008/fabiana_sapadjian.pdf)>. Acesso em 15/01/2017.

SCHEIDT, Eduardo. “*A questão da democracia participativa na Venezuela durante a era Chávez: rumo a uma nova cultura política?*.” *Revista Eletrônica da ANPHLAC* (2016): 149-175.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim, *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. *A liderança carismática: sobre o caráter político do populismo*. *Revista TOMO*, nº 23, julho-dezembro de 2013, p. 13-44. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/2103/1833>> Acesso em 25/04/2016.

SILVA, Fabrício Pereira. *Até onde vai a “onda rosa”?* *Análise de Conjuntura OPAS*, n.2, fevereiro de 2010. Disponível em <[www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22129.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22129.pdf)>. Acesso em 29/04/2016.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Quinze anos da onda rosa latino-americana: Balanço e Perspectivas*. Análise de Conjuntura OPAS, n.12, 2014. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14&Itemid=14](http://observatorio.iesp.uerj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=14)>. Acesso em 20/08/2016.

SILVA, Fabricio Pereira da (2009). “*Izquierdas latinoamericanas: ¿una tipología es posible?*” XXI Congresso Mundial de Ciência Política (IPSA). Disponível em <[paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_318.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_318.pdf)>.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Via Bolivariana: De onde vem, para onde vai*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 7, n° 1, 2013.

SILVA, Luiz Inácio da. (2002), *Carta ao povo brasileiro*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 14/03/2017.

SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 83-102, novembro de 2009.

SINGER, André. *A segunda alma do partido dos trabalhadores*. Novos Estudos. CEBRAP: São Paulo, n. 88, p. 89-111, Dezembro de 2010.

TOLEDO, C. N. *A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?* Crítica Marxista, São Paulo, v.1, n.1, p.27-38, 1994.

UCHOA, Pablo. *Venezuela: A Encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2003.

WEBER, Max. *Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft*. in: *Wirtschaft und Gesellschaft*, 4ª edição, organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tubingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II. Tradução e Organização por Gabriel Cohn. in WEBER, Max. *Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais, n. 13. 7ª Ed. 5ª impr. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>>. Acesso em: 20/08/2016.

WILHELM, Vandiana Borba. *A trajetória do neoliberalismo na venezuela e sua conjuntura atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998*. Revista Rebela. Volume 1, n° 2, p. 252-275, julho de 2011. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/25/0>>. Acesso em 25/08/2016.